



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

MÁRCIA DA SILVA CARVALHO

**AS ÁGUAS DA CULTURA VIVIDA INUNDANDO A EDUCAÇÃO: UMA
LEITURA SOBRE LETRAMENTOS E CULTURA RIBEIRINHA**

BELÉM
2018

MÁRCIA DA SILVA CARVALHO

**AS ÁGUAS DA CULTURA VIVIDA INUNDANDO A EDUCAÇÃO: UMA
LEITURA SOBRE LETRAMENTOS E CULTURA RIBEIRINHA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação na Universidade do Estado do Pará – Mestrado, Linha de Pesquisa Educação, sociedade e cultura, do Instituto de Ciências da Educação, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: o Prof. Dr. Carlos Jorge Paixão.

BELÉM

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

DA SILVA CARVALHO, MARCIA
AS ÁGUAS DA CULTURA VIVIDA INUNDANDO A EDUCAÇÃO: : UMA LEITURA SOBRE
LETRAMENTOS E CULTURA RIBEIRINHA / MARCIA DA SILVA CARVALHO. — 2018
100 f. : il. color

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED), Instituto de Ciências da
Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
Orientação: Prof. Dr. CARLOS JORGE PAIXÃO

1. CULTURA RIBEIRINHA. 2. COTIDIANO. 3. LETRAMENTOS. 4. EXPERIÊNCIAS VIVIDAS. 5.
ESCOLARIZAÇÃO. I. PAIXÃO, CARLOS JORGE, *orient.* II. Título

CDD 370.811

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

MÁRCIA DA SILVA CARVALHO

**AS ÁGUAS DA CULTURA VIVIDA INUNDANDO A EDUCAÇÃO: UMA
LEITURA SOBRE LETRAMENTOS E CULTURA RIBEIRINHA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação na Universidade do Estado do Pará – Mestrado, Linha de Pesquisa Educação, sociedade e cultura, do Instituto de Ciências da Educação, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Belém, _____ de fevereiro, de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Jorge Paixão
PPGED/ICED/UFPA(orientador)

Prof^a Dr^a Cely do Socorro Costa Nunes
PPGED/ICED/UFPA (examinadora)

PPGED/UEPA(examinadora)

In memória ao meu pai
Antônio Batista Belo de Carvalho Neto.
PRESENTE!

AGRADECIMENTOS

No início o sentimento foi de ALEGRIA e ESPERANÇA por trilhar um novo caminho e chego ao final deste percurso encharcada pelo sentimento de GRATIDÃO, pois este foi um sonho sonhado por muitos junto comigo e não poderia deixar de agradecê-las (os).

Aos CARVALHO, família querida que me cercou de afeto segurando todas as dificuldades me dando todo apoio e estímulo do começo ao fim, pai (in memória) mãe, irmãos, sobrinhos. Como diz a irmã mais velha: O CARVALHO é uma madeira forte e nós formamos um bosque sagrado de força.

Aos filhos amadíssimos Nil e Lucas que nesse percurso me deram provas inúmeras que estarão comigo sempre que eu precisar. Vocês são a razão de tudo!

Aos corujões na casa do prof. Luiz Carlos (Lula) que me ajudou imensamente do início ao fim abrindo generosamente as portas do seu aconchegante quintal para noites de leituras e conversas. E nesses momentos juntaram-se a nós Antonino e para dar um fôlego final prof. Dario Azevedo. As águas ficaram menos turvas com o apoio de vocês.

As minhas amigas de trabalho da Diretoria de Acesso e Avaliação da UEPA pelo incentivo e apoio. Vocês me deram uma acolhida de irmãs.

Ao grupo de pesquisa EPSTEM que em inúmeros momentos de estudo, troca de experiências dão norte e suporte epistemológico e em nome do Ricardo Pereira desejo maresias de aprendizados.

As amigas do grupo de mulheres MAS que são demais nas graças da vida.

Aos sábios senhoras e senhores e as crianças das ilhas pelos maravilhosos momentos de aprendizado, ainda estaremos juntos em outros tantos momentos.

E deixo para o final, pois como diz o dito bíblico: os últimos serão os primeiros, agradeço ao meu querido orientador prof. Carlos Jorge Paixão pela presença sempre esclarecedora, aconchegante e de grandes apoios, nunca deixando sentir-me só. Você foi nessas águas turbulentas a leveza e a calmaria das marés quando estão no entrelugar da vazante e da enchente nos igarapés.

Muito grata a todos.

Graças a Deus!!!!

EPÍGRAFE

Há nas veias do outono
algumas gotas de água
fertilizando a pele alva da manhã,
como uma pasta de verso branco
odor de um mar agora distante do corpo
Mar,
Que viaja nos “saveiros” de Monet,
Que transborda na canção de Caymmi e
Que come lentamente o cais com seus dentes
De espuma,
Lembrando sempre do caos e do encontro inevitável
Da beleza com a morte.
Carlos Jorge Paixão.

RESUMO

O estudo discute o deslocamento dos letramentos sociais e escolares na Amazônia encharcada de simbologias e saberes que presentificam-se na oralidade de seus moradores das Ilhas de Paquetá, Ilha Longa e Ilha Nova e na Unidade Pedagógica do Jamaci distrito de Icoaraci Belém/PA. É o letramento das águas. Os diálogos conceituais em que se evidenciam essas ondulações estão aportados em Bhabha (2013), Gertt (1989,2014), Eagleton (2011) encharcado de hibridismos e teias culturais, a relação entre processos de escolarização e cultura vivida dos ribeirinhos estão nas maresias trazidas por Brandão (1985, 1986) e pelo devir das águas, deslizando letramentos sociais e escolares, invocando aprendizados e leitura de mundo dos alunos, como abordam Freire (1980,1987, 1989,1996, 2004), Soares (1986, 2008, 2010), Street (2014). A cultura em seus diferentes lugares movimenta letramentos, entrelaçando-se à cultura vivida dos ribeirinhos ondulando harmonias e desarmonias insulares. A pesquisa etnográfica partiu das vozes dos moradores da Ilha de Paquetá, Ilha Longa e Ilha Nova, trabalhadores e alunos da Unidade Pedagógica do Jamaci, anexo da Fundação Escola Bosque, situada no Igarapé do Jamaci. A abordagem qualitativa serve de referência a este estudo em seu formato etnográfico, tendo como instrumentais investigativos entrevistas semiestruturada, narrativas, material fotográfico e a observação participante, partindo da leitura das vozes expressas nas narrativas dos sujeitos. Neste sentido, como problematização, trazemos o seguinte questionamento central: Até que ponto o letramento social resultado da experiência vivida dos ribeirinhos está conectada com o letramento escolar relacionado ao processo de escolarização na Unidade Pedagógica do Jamaci? Como resultado do estudo verificou-se que as experiências vividas pelos ribeirinhos criam conexões com as vivências escolares, onde a sua cultura vivida através do seu cotidiano vai dialogando com a escola, concluindo-se então que não há como letrar sem estes elementos culturais do cotidiano ribeirinho, sem que o letramento social transborde na escola, sem reconhecer as diversas manifestações socioculturais e religiosas que dão forças para a vida comunitária e a sustentabilidade possível por entre experiências singulares e insulares. Assim, a relevância do estudo consiste em considerar sempre o ir e vir das águas, desobscurecendo a cultura vivida amazônica e identificando-a nos discursos, nos currículos e nos processos de letramento minimizando a invisibilidade do povo das águas e todo seu potencial cultural.

Palavras-chave: Cultura ribeirinha. Cotidiano. Letramentos. Experiências vividas. Escolarização.

ABSTRACT

This study discusses the shift of social and educational literacy in an Amazonia drenched in symbologies and knowledge present in the voices of the residents of the Isles of Paquetá, Longa and Nova and in Unidade Pedagógica do Jamaci, Icoaraci district in Belém/PA. It is riverine literacy. The conceptual dialogs in which these ripples are evident are docked in BHABHA(2013), GERRT (1989, 2014), EAGLETON (2011) dipped in hybridism and cultural webs, the relation between the schooling process and the living riverside culture are present in the seas brought by BRANDÃO (1985, 1986) and by the becoming of the waters flowing social and scholar literacy, learning and world reading invoked to this study by FREIRE (1980, 1987, 1989, 1996, 2004), SOARES (1986, 2008, 2010), STREET (2014). Culture in different places move literacy, intertwining lived culture of the riverside community waving insular harmonies and disharmonies. This ethnographic research is based on the voices of the residents of the isles of Paquetá, Longa and Nova, workers and students of Unidade Pedagógica do Jamaci, which is connected to Fundação Escola Bosque, located in Igarapé do Jamaci. The qualitative approach serves as a reference to this study in its ethnographic format, using semi-structured interviews, narratives, photographic material and active participants' observation as investigative instruments, setting from the reading of the voices expressed in the narratives of the subjects. In this sense of problematization the central questioning is brought: To which extent social literacy resulting from the lived culture of the riverside community is connected to educational literacy in the schooling process of Unidade Pedagógica of Jamaci? As a result the study demonstrates that the experiences lived by the riverside community creates connections with scholar experiences, where lived culture of the riverside community through their daily life will communicate with the school, settling then that there are no literacy without these cultural elements of the riverside everyday life, without social literacy overflowing into the scholar literacy, without recognizing the reinforcing that the diverse religious and sociocultural manifestations give to the riverside community life and the sustainability possible because of the singular and insular experiences. This way the relevance of this study consist in the come and go of the waters enlightening the Amazonian culture identifying it in the rhetoric, in the curriculum and in the process of literacy, minimizing the invisibility of the riverine people and all their cultural potential.

Key-words: Riverside culture. Daily Life. Literacy. Lived experiences. Schooling.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 GÊNESE DA PESQUISA: BANHANDO-SE NAS ÁGUAS	11
1.2 PROBLEMÁTICAS DA PESQUISA	17
1.3 CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA: QUANDO AS ÁGUAS INUNDARAM O CAMINHO	21
1.4 PROBLEMATIZAÇÕES DA PESQUISA E SUAS PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS QUE BANHAM O PERCURSO DE NOVOS SIGNIFICADOS	23
2 DIÁLOGO ENTRE CONCEITOS E AUTORES	300
2.1 EDUCAÇÃO RIBEIRINHA E LETRAMENTO	30
2.2 LETRAMENTO DAS ÁGUAS	34
2.3 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO	41
2.4 CONCEITOS DE LETRAMENTO E SUAS ONDULAÇÕES	43
2.5 CULTURA VIVIDA E CODIDIANO	46
2.6 O LOCAL DA CULTURA VIVIDA	51
3 ETNOGRAFIA DAS ÁGUAS: A GEOGRAFIA DOS LUGARES , UMA GRAMÁTICA DOS FALARES E UMA OUSADIA DE ANÁLISE DE ONDE VÊM OS SABERES.....	55
3.1 ILHA DE PAQUETÁ.....	55
3.2 ILHA LONGA.....	61
3.3 ILHA NOVA	64
3.4 SÁBIOS SENHORES DO LUGAR.....	63
3.5 AS CRIANÇAS QUE ENCHARCARAM DE LEVEZA O CAMINHO.....	68
3.6 UNIDADE PEDAGÓGICA DO JAMACI - UP JAMACI.....	73
4 ANÁLISE: O COTIDIANO DAS ENCHENTES DAS MARÉS	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
REFERÊNCIAS	94
APÊNDICES	92
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS	92
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIMENTO.....	93
APENDICE C- TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO USO DE IMAGEM.....	100

1 INTRODUÇÃO

1.1 GÊNESE DA PESQUISA: BANHANDO-SE NAS ÁGUAS

Fotografia 1 – Trapiche de Icoaraci. Saída de Belém



Fonte: Fotografia da Autora.

Fotografia 2 – Chegada na UP Jamaci



Fonte: Fotografia da Autora.

As águas do Marajó sempre trouxeram grandes inquietações por suas constantes mareas, pelos momentos de vazantes e enchentes, pelo furor ou mansidão que depende da lua, mas sempre inquietações cercadas de muita alegria. Lembranças que me seguem até hoje.

Quando criança, minha mãe apresentou-me as águas do Marajó, mais especificamente as águas do Camará no município de Cachoeira do Arari. Nas férias escolares, o entusiasmo tomava conta, e o Camará se tornava um palco para vivenciar experiências de um aprendizado sem igual. Chamo de cultura vivida e a cumplicidade com esta expressão *cultura vivida* aciona minhas reminiscências, coloca-me de frente com minhas ancestralidades.

Deparávamo-nos com a falta de energia elétrica, a falta de água encanada, a falta de coleta de lixo, a falta de lojas, comércio, bancos... Havia somente uma escola, que era chamado de “grupo escolar”. Essas eram faltas que pareciam não ter importância para aquelas pessoas, pois, conseguiam viver sem isso de forma saudável e feliz, pareciam tão identificados com sua cultura, pareciam...

Agora entendo que a falta desse acesso a direitos para eles – assim como também para aqueles que vivem nas áreas urbanas, preferencialmente aqueles que chamamos de *excluídos socialmente* – é fruto de desigualdades e exploração da força de trabalho, exploração sociocultural dos homens e não de suas singularidades, por isso que a pobreza social, material e intelectual é, sim, um fenômeno social. A vida poderia estar sendo vivida com mais dignidade, com mais esperanças. Mas, isso já é outra história.

Voltando para a infância, percebo como essa vivência me trazia significado para o que estudava na escola, aprender matemática, por exemplo, de forma tão significativa não parecia um aprendizado recortado, mas sim integrado. Esses eram momentos de muito aprendizado, aprendizado esse que não estava nos livros, mas que preenchia muitas lacunas do meu cotidiano escolar. Do que aprendi, relembro quando acompanhava alguns tios para a colheita das plantações de frutas e verduras em seu terreno e a arrumação desta colheita nos paneiros, era para mim um momento de aprendizado.

Os tios orientavam: “Vamos dividir as frutas em quatro paneiros, mas a maior quantidade vai para a venda, coloquem partes iguais para levar para casa e para doar a igreja”, e pediam: “diminua esse paneiro e coloque mais no outro”. Que quebra-cabeça, que me instigava e estimulava! Não soavam com o peso de: “copie do quadro, decore a tabuada de soma, diminuir...”.

Do que não aprendi, foram ricos momentos mesmo assim. Com a parte do dia a nadar nos rios e igarapés, andar a cavalo, remar nos barquinhos. Essas tarefas do cotidiano do Camará não eram tão fáceis de absorver e avançar. Essa vivência que se dava somente nas férias não me permitia estar tão inserida. Por isso, subir nas canoas e remar nos rio de Camará era tão difícil. Nunca consegui colocar o remo ao lado da canoa para que ela seguisse reto.

Quando tentava remar, a canoa só ficava dando voltas e voltas, sem sair do lugar. Subir e andar nos cavalos, nem se fala, deixemos pra lá...

A parte da noite era reservada às histórias de Vovó Béia, que até hoje, após tantos anos do seu falecimento não sei seu nome verdadeiro. Ela, mesmo não tendo nenhum parentesco conosco, era avó de todos nós, todos a chamavam assim e tinham por ela o sentimento de netos.

Ela chegava por volta das 17h, quando já estávamos exaustos das brincadeiras matutinas e sentávamos no chão, colocados literalmente a seus pés. Suas histórias eram ora de visagem, ora de lendas amazônicas, ora pura ficção de sua cabeça, mas nos deixavam completamente envolvidos até o sono chegar.

Talvez minha avó não tenha clareza de como foi ela que me ritualizou e fez acontecer meus ritos de passagem para aprender a gostar de ensinar, de aprender, de contar seja lá onde eu estiver ou queira estar.

Minha trajetória como educadora se inicia no Centro Comunitário São Francisco de Assis, no bairro da Pedreira em Belém, onde desde então observava que o contexto social vivido pelos alunos entrava na sala de aula atravessando todo o processo de ensino-aprendizagem, pois em um bairro de periferia, a exclusão, desemprego e a fome não deixavam os alunos terem uma boa aprendizagem o que me exigiam outras estratégias que não somente os conteúdos curriculares exigidos.

Isto despertou em mim na graduação no curso de Pedagogia questões que me acompanham até então, como: o currículo vivo, a cultura local, a formação continuada dos professores-educadores e, sem saudosismo, a minha história de vida pelos rios misteriosos da nossa Amazônia, infelizmente forjada aos seus desencantos pelos fetiches do grande capital predador.

Meus deslocamentos pelo universo da educação foram vivenciados a partir das formações que nasciam das reflexões das comunidades de base. Fui professora de um centro comunitário e as assembleias mensais com os moradores serviam para elencar os temas geradores com os alunos, pois conhecia a realidade de seus pais, suas casas, a comunidade e esta contextualização me permitia depositar conteúdos nos alunos, bem como dialogar com eles a partir de sua/nossa realidade. Estava na minha práxis, pois eu também era moradora, pobre e queria lutar para a transformação daquela realidade, e a conscientização era uma premissa, como anunciava Freire:

Somente quando os oprimidos descobrem nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “convivência” com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental é que esta ação não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a serio empenho de reflexão, para que seja práxis. (1987, p. 52)

Após esta experiência, fui alfabetizar em uma escola da Igreja Metodista, onde a pobreza e a fome dos alunos me alarmavam e não tive como não ir conhecer a realidade deles para, a partir daí, saber como alfabetizá-los. Era a minha postura enquanto educadora, assumindo que a educação nunca pode ser neutra, mas precisa ser, sobretudo, comprometida, libertadora.

Para não parecer que estou fazendo uma apologia ao pessimismo pedagógico, reitero que, em meios a estes contrastes sociais, viviam momentos de grandes esperanças, pois a sabedoria e a criatividade faziam amadurecer meus olhares para seguir com ousadia minha trajetória de educadora, visto que os vínculos afetivos desses momentos me remetiam aos estados de superação, os quais enfrentei ao longo de minha trajetória de vida e que me dão esta oportunidade de fazer essas conexões entre passado e presente nesta minha dissertação.

Minha experiência, para além da sala de aula, se dá de 1997 até 2004, no Programa Bolsa Escola, na então Escola Cabana, onde este programa co-gestado pela Secretaria Municipal de Educação - SEMEC, pela Fundação Papa João XXIII- FUNPAPA e a Secretaria de Economia - SECON tinha como objetivo principal garantir o acesso, permanência e sucesso das crianças na escola através de uma bolsa de um salário mínimo para suas famílias, além de garantir formação profissional para os adultos destas famílias.

Era a Educação se deslocando para o social com o intuito de quebrar as barreiras de um sistema capitalista que calava vozes, tolhia liberdades e alienava consciências. Acredito que desde então os letramentos social e escolar já ondulavam minha trajetória de educadora crítica e que buscava sempre a criticidade junto aos educandos.

Agora, o aprendizado das águas e com as águas trouxe um momento de interação novamente entre estes letramentos, exigindo que me banhasse de suas enchentes e vazantes, das várias marés e de como identificá-las ao longo dos dias, das luas, das estações. O letramento das águas inundou o meu caminho.

Estes dois letramentos social e escolar em uma concepção de educação crítica, reflexiva, libertadora estão intrinsecamente ligados à vivência e a saberes culturais, sociais, os quais são os elementos de referências basilares para o processo de ensino-aprendizagem.

No entanto, a escola evidencia uma parcela desse letramento mais voltada ao desenvolvimento cognitivo da aquisição da leitura e da escrita, como Kleiman demonstra esse aspecto:

Pode-se afirmar que a escola, a mais importante das *agências de letramento*, preocupa-se não com o letramento, prática social, mas com apenas um tipo de prática de letramento, qual seja, a alfabetização, o processo de aquisição de códigos (alfabéticos, numéricos), processo geralmente concebido em termos de uma competência *individual* necessária para a promoção na escola. Já as outras agências de letramento, como a família, a igreja, a rua – como lugar de trabalho –, mostram orientações de letramento muito diferentes. (1995, p. 20)

O acompanhamento na Unidade Pedagógica do Jamaci (UP Jamaci) e o acompanhamento no cotidiano dos ribeirinhos nas ilhas de Paquetá, Ilha Nova e Ilha Longa demonstram como o aspecto cultural e social do letramento invade a escola, trazendo à tona toda a cultura vivida destes ribeirinhos nesta importante *agência de letramento*, como se refere autora acima.

Essa conexão dos eventos e das práticas de letramento da cultura ribeirinha com a escola tem um deslocamento evidenciado quando as crianças associam as histórias e lendas lidas na escola e contextualizadas a sua realidade amazônica, por exemplo, nas histórias de M.S (9a), que apresentaremos a frente, exemplo claro deste fenômeno com a simbologia e as representações da cultura vivida ribeirinha conectada ao processo de escolarização.

Ressalto que o letramento busca atuar a partir das experiências vividas e como é notória a falta de acesso a políticas públicas de saúde, de saneamento, só para citar as mais alarmantes, quando se chega às ilhas, as dificuldades vivenciadas na comunidade refletem na escola. Neste sentido, esta é uma realidade de exclusão vivida pelas comunidades ribeirinha que precisa ser vista, refletida como alerta Freire:

É que, no momento em que os indivíduos, atuando e refletindo, são capazes de perceber o condicionamento de sua percepção pela estrutura em que se encontram, sua percepção começa a mudar, embora isto não signifique ainda a mudança da estrutura. É algo importante perceber que a realidade social é transformável. (1981, p. 33)

Este entrelaçamento social e escolar dos letramentos, mas especificamente a partir cultura ribeirinha, precisa estar representado em sala de aula, fazendo com que os alunos percebam seu cotidiano e referenciado para uma reflexão crítica de sua realidade.

Os estudos sobre o conceito de letramento recebe reforço nas idéias de Paulo Freire já na década de 70 e 80 onde sua Pedagogia do Oprimido tem como essência a realidade do

aluno, seu contexto social e seus saberes oriundos desta realidade. Como prática social ampliaram-se passando a levar em conta o processo de alfabetização direcionado para a escola não somente como decodificação de códigos. Hoje, este conceito potencializador se distancia da alfabetização no sentido cognitivo e toma vida própria como um viés também de buscar criticidade no processo de escolarização.

A disputa entre esses dois conceitos *alfabetização* e *letramento* é percebida quando a alfabetização perde a potencialidade de alfabetizar letrando e se firma enquanto etapa, processo de aprendizagem cognitivo e individual. Embora por muito tempo esses dois conceitos fossem confundidos e até mesmo muitas vezes fundidos um no outro.

Emília Ferreiro, em entrevista dada para a revista Nova Escola (05/2003), propõe que o termo *Alfabetização* seja ressignificado para reafirmar o processo de contextualização deste na aprendizagem dos alunos e não somente a aprendizagem do sistema convencional da escrita.

Magda Soares aponta esta diferenciação dos termos e conceitos em outra área:

A diferença entre **alfabetização** e **letramento** fica clara também na área das pesquisas em Educação, em História, em Sociologia, em Antropologia. As pesquisas que se voltam para o estudo do número de alfabetizados e analfabetos [...] são pesquisas sobre **alfabetização**; as pesquisas que buscam identificar nos usos e práticas sociais de leitura e escrita em determinado grupo social [...] ou buscam recuperar com bases em documentos e outras fontes as práticas de leitura e escrita no passado (em diferentes épocas, em diferentes regiões, em diferentes grupos sociais) são pesquisas sobre **letramento**. (2010, p. 23)

Por meio de outros aspectos que reafirmam a diferenciação dos termos, Kleiman discorre que:

Em certas partes sociais as crianças são letradas, no sentido de possuírem estratégias orais letradas, antes mesmo de serem alfabetizadas [...] Sua oralidade começa a ter as características da oralidade letrada, uma vez que é junto da mãe, nas atividades do cotidiano que estas orais são adquiridas. (1995, p. 18)

Tomo como referência o alargamento do termo *letramento* para a pesquisa, tomo-o como conceito e categoria de análise nos processos de manifestação da cultura ribeirinha e sua conexão com os processos educativos.

1.2 PROBLEMÁTICAS DA PESQUISA

*Mar, misterioso mar.
Que vem do horizonte
É o berço das sereias
Lendário e fascinante.
(Marisa Monte)*

Fotografia 3 – Frente da Ilha de Paquetá



Fonte: Fotografia da Autora.

Levando em consideração convivência com estes eventos e práticas de letramentos, começo a refletir sobre o cotidiano e esses letramentos vivenciados pelos ribeirinhos para além da escola, os letramentos das águas que inundam o cotidiano das crianças e adultos, mas até que ponto é inundado pela escola? Como as crianças veem seu cotidiano representado na escola? E como a escola lê esse cotidiano que a cerca?

Relembrando tais vivências de minha infância, em que via o cotidiano entrar na escola pela oralidade dos mais velhos, seja nas histórias de vovó Béia, seja na distribuição matemática dos meus tios dos alimentos, frutas, caças, envolvendo as crianças da família, remeto-me a vivência diária na Ilha de Paquetá, Ilha longa e Ilha Nova, onde as crianças e adolescentes fazem parte deste cotidiano intrinsecamente e levam para a escola seus saberes, suas vivências, suas práticas.

O modo de vida produz no cotidiano sua cultura, Brandão (1995, p. 10) destaca que: “A educação é, como outras, uma fração do *modo de vida* dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura e sociedade”. No interagir com as ilhas vai se mostrando sempre relevante o papel da escola, o papel da educação para os ribeirinhos.

Cabe salientar que essa educação necessita que haja um entrelaçamento dos saberes e práticas ribeirinhas, cuja cultura inunde a escola e se efetive assim um diálogo com as

experiências vividas dos ribeirinhos e os conteúdos do processo de ensino-aprendizagem da escolarização, efetivando-se dessa forma o letramento das águas. Brandão aponta para esta relação:

[...] a relação fundamental da cultura *na e pela* comunicação: primeiro entre o homem e a natureza, no mundo; depois entre os homens no mundo humano: a sociedade. Produto de trabalho humano, a cultura é campo de mediações entre os homens. A comunicação das consciências é uma realização da cultura porque é feita com seus símbolos, entre os seus valores. Ela é também condição da existência da cultura como dado objetivo – algo que existe além da pura subjetividade individual, no interior da vida coletiva – por ser aquilo que facultado serem símbolos, valores e bens de cultura transmitidos e co-participados. Esta relação de comunicação entre consciências na história é subjacente a todas as outras e funda a possibilidade de reprodução social do saber, logo da própria educação. (1995, p. 48)

O reconhecimento fundamental da cultura vivida dos ribeirinhos para o processo de escolarização reafirma a importância destes como produtores de cultura e o seu labor diário deve estabelecer conexão com a escola. É pelo letramento das águas que este reconhecimento do cotidiano ribeirinho como identidade cultural se diferencia e se referencia como uma educação libertadora e transformadora de uma realidade que saia da invisibilidade.

Não podendo assim os ribeirinhos estar somente absorvendo conhecimento sem sua referência local ser evidenciada. Conforme Freire, é importante a exigência do respeito aos saberes do educando e seu empoderamento:

É preciso, sobretudo, e aí já vai um destes saberes indispensáveis, que o formando, desde o princípio mesmo de sua experiência formadora, assumindo-se como sujeito também da produção do saber, se convença definitivamente de que ensinar não é *transferir conhecimento*, mas criar as possibilidades para a sua produção ou construção. (1996, p. 22)

É o conhecimento de mundo amparando e sustentando as relações na Unidade Pedagógica do Jamaci que deve dialogar com os conteúdos escolares: “Porque não estabelecer uma “intimidade” entre os saberes curriculares fundamental aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduo?” (Freire, 1996, p. 30).

A educação como território vasto de motivação precisa intencionalmente fazer conexão destes saberes: o apanhar açaí, o remar, o se equilibrar nas pontes de toco de madeira, a pesca, os banhos de rio, as janelas e portas sempre abertas, precisam aparecer neste cotidiano escolar, letrando nestas maresias. Brandão alerta para a importância da cultura na formação do indivíduo e seu processo de “endoculturação”:

Tudo que existe disponível e criado em uma cultura como *conhecimento* que se segue adquire através da experiência pessoal *com o mundo* ou *com o outro*; tudo o que se aprende de um modo ou de outro faz parte do processo de *endoculturação*, através do qual um grupo social aos pouco *socializa*, em sua cultura, os seus membros, como tipos de sujeitos sociais. (1995, p. 25).

Se, como diz Brandão (1995), não fugimos da educação, ora também não podemos desconectá-la da cultura, cuja visão de mundo de adultos e crianças conduz as relações e estes saberes se interligam no dia a dia.

Em uma das longas conversas que aconteciam depois do almoço com a sra. L.N (56a), esposa do sr. R.N (58a), ela sinalizava que poderíamos continuar os encontros com os moradores em suas casas: “vai parar de chover os papagaios já estão cantando forte, vai dá de vocês irem agora a tarde” e estas conhecedoras palavras foram exatas na previsão do tempo. Como bem anuncia Brandão (1995, p. 64) “o *poder* que há no *saber* ou que é o próprio *saber*”. Nenhum pingo de chuva nos impossibilitou de seguirmos naquela tarde.

Freire (1982, p.9) já nos alertava para isso quando proferiu a clássica frase “A leitura do mundo precede a leitura da palavra” e a leitura de mundo de homens e mulheres que convivi nas ilhas era sempre de que a educação seria muito importante para seus filhos e estes lutaram, reivindicaram a escola para dentro das águas até serem ouvidos pelo poder público. Sra N. M (65^a) relata: “penei muito, só sei rabiscar meu nome, mas meus meninos tão todos na escola”.

Há entre o letramento social e o letramento escolar uma linha tênue que os une, atrevo dizer, um entrelugar que identifico como o *letramento das águas*, onde este cotidiano ribeirinho ressalta a cultura amazônica, essa cultura das águas da pesca, da plantação, das canoas. É pelo rio que se dá o transpassar dessa cultura híbrida, pois o deslocamento cultural do urbano para o ribeirinho leva e traz conexões, letrando liquidamente.

É de extrema relevância trazer essas águas para ser referenciada como cultura, cultura popular que como menciona Brandão (1985, p. 37): “[...] modo como o povo vive, pensa, simboliza, cria e usa”, fazendo do seu cotidiano letramentos múltiplo com significações singulares e insulares.

Com estes aportes, trago como objetivo central nessas águas pesquisadas:

- Ampliar a visibilidade para o cotidiano ribeirinho encharcado de saberes e aprendizagens, analisando este cotidiano fora do romantismo exótico da Amazônia, como um espaço isolado, trazendo os letramentos existentes nesse cotidiano e a interação dele com a escola.

E quanto aos objetivos específicos, a pesquisa tem o propósito de:

- Relacionar os eventos e práticas de letramentos social e escolar a partir das vozes das crianças da Unidade Pedagógica do Jamaci na Ilha de Paquetá com suas histórias e as vozes dos moradores das ilhas do em torno desta Unidade Pedagógica, tais como; Ilha Nova e Ilha longa.
- Descrever o cotidiano escolar e social ribeirinho das ilhas pesquisadas.

É nesta maresia pelas águas da pesquisa que a pergunta que vem inundando esse caminho, norteando essas novas águas se apresenta: *Até que ponto o Letramento social resultado da experiência vivida dos ribeirinhos esta conectada com o Letramento Escolar relacionado ao processo de escolarização na Unidade Pedagógica do Jamaci?*

Tanto nas águas do Marajó de minha infância quanto nas águas das ilhas de Paquetá, no Igarapé do Jamaci, na Ilha Longa e na Ilha Nova têm a clara imagem da canção de Marisa Monte (2006):

Há um vilarejo ali
 Onde areja um vento bom
 Na varanda quem descansa
 Vê o horizonte deitar no chão
 Pra acalmar o coração
 Lá o mundo tem razão
 Terra de heróis, lares de mãe
 Paraíso se mudou para lá
 Por cima das casas cal
 Frutas em qualquer quintal
 Peitos fartos, filhos fortes
 Sonhos semeando o mundo real
 Toda a gente cabe lá
 Palestina shangri-lá
 Lá o tempo espera
 Lá é primavera
 Portas e janelas ficam sempre abertas
 Pra sorte entrar
 Em todas a mesas pão
 Vem andar e voa
 Vem andar e voa
 Vem andar e voa
 Flores enfeitando
 Os caminhos, os vestidos, os destinos
 E essa canção
 Tem um verdadeiro amor
 Para quando voce for.

O presente trabalho está distribuído em quatro sessões discursivas. Na primeira parte, apresento minha trajetória, os interesses e entrelaçamentos com meu lócus de pesquisa, assim como retrato a trilha tomada, os instrumentais e a postura como pesquisadora para descrever, absorver, interpretar as simbologias e significados dos ribeirinhos no seu cotidiano.

A segunda parte diz respeito aos conceitos que balizam a pesquisa, trazendo autores de referência como: Paulo Freire com sua Pedagogia Libertadora, dando voz e referenciando os saberes locais; Carlos Brandão e os aportes na educação popular; Emília Ferreiro e a Magda Soares com discussões sobre alfabetização e letramento como um processo não só cognitivo, individual, mas fundante na formação do sujeito em sua sociedade. Homi Bhabha, Geertz e Raymond Williams dão os significados de cultura e sua extensão para a cultura ribeirinha e suas densas hibridizações, e os demais autores que comparecem no todo do trabalho.

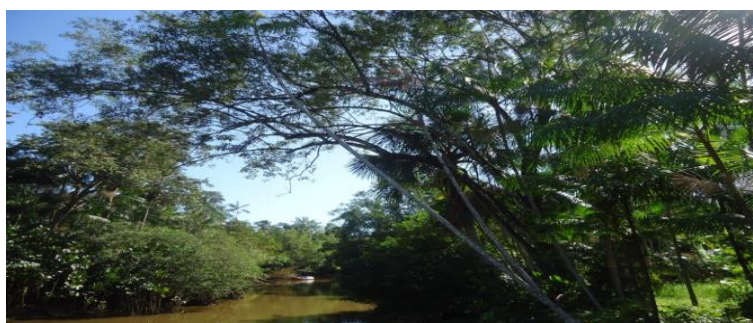
Na terceira parte, discorro sobre os lugares de onde vêm os saberes, as águas das ilhas pesquisadas: Ilha de Paquetá, Ilha Nova, Ilha longa sua gente e suas falas, a Unidade Pedagógica do Jamaci (Ilha de Paquetá), as histórias das crianças e a energia que vêm desse lugar.

Na quarta e última parte, trago as análises feitas durante e após todo esse navegar e os resultados que suponho ter obtido, minhas considerações quanto a estes estudos, não finalizando, mas seguindo o curso das águas.

1.3 CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA: QUANDO AS ÁGUAS INUNDARAM O CAMINHO

*Esse rio é minha rua, minha e tua mururé
Piso no peito da lua deiteo no chão da maré
(Paulo André e Rui Barata)*

Fotografia 4 – Entrada do Igarapé do Jamaci - Ilha de Paquetá



Fonte: Fotografia da Autora.

Dentre estas comunidades tradicionais existentes na vasta Amazônia: indígena, rural, ribeirinhos, opto em trabalhar nesta pesquisa com a população ribeirinha pela minha trajetória familiar que me trouxe as águas e minha trajetória profissional como educadora em escolas de periferia, onde o contexto social era a base do processo de ensino e aprendizagem, como nos fala Freire:

O homem chega a ser sujeito por uma reflexão sobre sua situação, sobre seu ambiente concreto. Quanto mais refletir sobre a realidade, sobre sua situação concreta, mais emerge, plenamente consciente, comprometido, pronto a intervir na realidade para muda-la. (1980, p. 35)

E foi esta realidade que ondulou para a UP Jamaci na Ilha de Paquetá. Gamboa, referindo-se a realidade ser o objeto de pesquisa, ressalta que:

A realidade é um ponto de partida e serve como elemento mediador entre os sujeitos. Numa relação dialógica e simpática, como é o caso do processo de pesquisa, esses sujeitos se encontram juntos ante uma realidade que lhes é comum e que os desafia para ser conhecida e transformada. (2002, p. 45),

Agora, atraco o barco rumo aos moradores mais antigos das três ilhas pesquisadas: ilha de paquetá, ilha longa e ilha nova. Neste percurso foram entrevistados 12 moradores distribuídos nestas ilhas, sendo 7 mulheres e 5 homens. As sábias senhoras entrevistadas estão entre as faixas etárias de 35 a 68 anos, são donas de casa que também ajudam seus companheiros na agricultura familiar na colheita do açaí e a colocar o matapi para a pesca do camarão. Os sábios senhores estão entre as faixas etárias de 29 a 84 anos sendo todos pescadores e agricultores no plantio do açaí na sua maioria. As sabias e radiantes crianças foram os filhos dos moradores entrevistados que estudavam na Up Jamaci, estão entre a faixa etária de 6 a 9 anos nos ciclos I e II.

Buscando, através dessa interação com estes sábios senhores, senhoras e crianças um rumo em direção às águas e estes só inundaram de aprendizado todo o restante do caminho no decorrer de 2016 e 2017. E como este estudo foi trilhado em comunidades ribeirinhas, surge a necessidade de um trabalho mais descritivo, analítico e exploratório, tornando-se uma *Etnografia das águas*.

1.4 PROBLEMATIZAÇÕES DA PESQUISA E SUAS PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS QUE BANHAM O PERCURSO DE NOVOS SIGNIFICADOS

O inconveniente do método, condição do seu sucesso, é extrair os documentos do seu contexto histórico e eliminar as operações dos locutores em circunstâncias particulares de tempo, de lugar e competição. [...] Por isso não se levam em conta as mil maneiras de 'colocar bem' um provérbio, neste ou naquele momento e diante deste ou daquele interlocutor.

(CERTEAU, 2014, p. 77)

Fotografia 3 – Frente da Ilha Longa



Fonte: Fotografia da Autora.

Fotografia 4 – Frente da Ilha Longa



Fonte: Fotografia da Autora.

Mesmo levando em conta a minha relação com as águas do Marajó vinda da infância, não me achava tão apropriada dessa realidade, de seus costumes e saberes, por isso, a melhor forma de acompanhá-los foi convocar os estudos de Garcia, para um amparo do não saber:

[...] Pesquisadores e pesquisadoras que íamos, e muitos continuam a ir, a campos tão cheios e cheias de certezas, que me parecem, hoje, inimigos da pesquisa séria, pois quem tem certezas não tem boas razões para fazer pesquisa. Hoje sabemos que a dúvida, a incerteza, a insegurança, a consciência de nosso *ainda nada saber* é que nos convida a investigar e, investigando, podermos aprender algo que antes não sabíamos. (2011, p. 20)

A escolha do método e instrumentais a serem usados precisaria ser aceito primeiramente por mim, enquanto pesquisadora, que me vejo muito mais buscando ouvir, sentir e demonstrar o que o outro me diz. Acredito ser o que Chizzotti (2014, p. 25) manifesta quanto ao pesquisador inserir nas definições dos métodos e abordagens, sua concepção de mundo “mas toda pesquisa explicita uma concepção e o pesquisador assume, manifesta ou latente, ingênua ou justificadamente uma concepção da realidade”.

Salientando mais, Chizzotti designa que:

Se, de outro lado, o pesquisador supõe que o mundo deriva da compreensão que as pessoas constroem no contato com a realidade nas diferentes interações humanas e sociais, será necessário encontrar fundamentos para uma análise e para *interpretações* do fato que revele o significado atribuído a esses fatos pelas pessoas que partilham dele. (2014, p. 27).

Assim, sendo fiel ao que foi narrado e visto, valorizando os caminhos percorridos, a pesquisa teve como opção investigativa a abordagem qualitativa, que como observam Bogdan e Biklen (1994, p. 46), constitui uma “investigação qualitativa [em que] é mais significativo o processo do que os resultados”, não deixando de dar importância a necessidade de se demonstrar os resultados para um adequado finalizar da pesquisa.

A preocupação quanto à perspectiva, buscou uma abordagem investigativa no esforço de melhor reconhecer os saberes acumulados dos moradores das ilhas, aprofundando caminhos já navegados. Chizzotti chama atenção que:

Essa atividade pressupõe que o pesquisador tenha presente as concepções que orientam sua ação, as práticas que elege para a investigação, os procedimentos e técnicas que adota em seu trabalho e os instrumentos de que dispõe para auxiliar o seu esforço. (2014, p. 19).

Nas ondulações de por onde navegar, não buscava trilhar as águas objetivas, precisas e lógicas da mensuração quantitativa, com aplicação de testes para medir e aferir o cotidiano ribeirinho, pois como dizia o poeta Fernando Pessoa lembrando palavras de certo general

português sobre o desbravar dos mares: “navegar é preciso; viver não é preciso”. Seria então o viver, sentir e agir dos ribeirinhos em seu navegar diário em processos de enchentes e vazantes interpretado, partilhado qualitativamente no convívio dos seus significados perceptíveis ou não, latentes ou não. E segundo Chizzotti:

Diferentes tradições de pesquisa invocam o título qualitativo, partilhando o pressuposto básico de que a investigação dos fenômenos humanos, sempre saturados de razão, liberdade e vontade, estão possuídas de características específicas: criam e atribuem significados às coisas e às pessoas nas interações sociais e estas podem ser descritas e analisadas, prescindindo de quantificações estatísticas. (2014, p. 29).

Não me atrevendo aqui a tecer e aprofundar em detalhes o debate sobre os paradigmas quantitativos e qualitativos de pesquisa e as mais diversas tendências metodológicas insurgentes, porém, resalto a importância deste debate para o campo educacional e me ponho a refletir sobre o mesmo pela importância deste para as maresias das pesquisas em educação que, como provocam Santos e Gamboa, traz modismos:

[...] A investigação educativa adquiriu uma nova fase de desenvolvimento, caracterizada pelo crescimento quantitativo, pela presença de modismos teórico-metodológicos, e pela preocupação com os elementos qualitativos da produção científica. Como consequências da preocupação pela qualidade surgem com maior intensidade indagações sobre as técnicas e os métodos utilizados na investigação educativa. [...] Com o desenvolvimento de diversas propostas técnico-metodológicas e as exigências por uma melhor qualidade da pesquisa, intensifica-se a polêmica em torno dos paradigmas da pesquisa e ganha-se maior espaço na literatura especializada. (2013, p. 60).

Não me dissociando desta realidade amazônica-ribeirinha que trago enraizada, burlando assim a neutralidade, me inquieto com a situação de invisibilidade do protagonismo e potencial cultural dos ribeirinhos, implico-me por dentro desse cotidiano não só por um sentimento de pertencimento remetido da infância, mas por uma visão libertadora, ética e coletiva de igualdades de condições e acesso às políticas públicas. Assumindo, assim, uma opção de divulgar, anunciar e denunciar esta realidade de invisibilidade, como anuncia Freire:

[...] a minha opção é libertadora, se a realidade se dá a mim não como algo parado, imobilizado, posto aí, mas na relação dinâmica entre objetividade e subjetividade, não posso reduzir os grupos populares a meros objetos da minha pesquisa. Simplesmente, não posso conhecer a realidade de que participam a não ser com eles como sujeitos também desse conhecimento que, sendo para eles, um conhecimento do conhecimento anterior (o que se dá ao nível da sua experiência cotidiana) se torna um novo conhecimento. Se me interessa conhecer os modos de pensar e os níveis de percepção do real dos grupos populares estes grupos não podem ser meras incidências de meu estudo. (1984, p. 35).

Na definição de qual método de pesquisa optaria em usar, para capturar as “circunstâncias” da vida cotidiana dos ribeirinhos, deparei-me com a etnografia, que para Fonseca (1998), traz a “interação do pesquisador com seus objetos de estudo”, tendo esta perspectiva metodológica a preocupação em descrever, analisar e interpretar os significados de uma determinada comunidade a partir do discurso de seus participantes, trazendo sua realidade, seus saberes, suas falas, bem calcada para emergir.

O termo asgado acima “circunstância” é trazido por Bachelard (1968, p. 121), quando se refere ao pensamento científico e como este diante de uma nova experiência científica deve alterar-se: “todo pensamento científico deve mudar ante uma experiência nova; um discurso sobre o método científico será sempre um discurso de circunstância, não descreverá uma constituição definitiva [...]”. Saliento que este processo metodológico etnográfico foi se apresentando a cada maré numa pluralização de formatos não podendo mais usar o termo no singular, passando então a ser “Etnografias”.

A cada ida e vinda nas águas das ilhas que percorri e na tentativa de descrevê-las com a densidade etnográfica, a qual se referia Geertz (2008), percebia que a máxima sempre dita popularmente de que nunca se navega pelo mesmo rio, pois as águas nunca são as mesmas, era correta. Essa densidade espessa ia dando lugar as várias marés e ampliando a cada dia.

Com isso, creio ter tido percepções circunstanciais em cada momento, em cada rio, em cada água. Essa liquidez não se deixa descrever na sua plenitude. Ao mesmo tempo em que ela se mostra com águas transparentes vem outras águas barrentas de rio e nos mostram outras circunstâncias.

Então, para definição de abordagem busco apoio na histórica construção antropológica da etnografia, onde olhar e escutar o outro ganham importância na realidade amazônica. Uma etnografia orgânica que milite pela causa da visibilidade do potencial cultural das águas amazônicas. Para definir a pesquisa como qualitativa etnográfica este apoio investigativo considera a identificação destas características da etnografia e as características amazônicas chamando-a de **Etnografia das Águas**.

Esta identificação parte do pressuposto de que a realidade ribeirinha aponta peculiaridades identificáveis, ou não, e ao se banhar nestas águas de múltiplos significados e saberes, essa investigação comprometa-se em valorizar este saber enquanto cultura. A Cultura Amazônica exige um olhar etnográfico no sentido de salientar o valor dessas águas através de

vários olhares, não buscando verdades e conceitos definitivos e rígidos, mas num ir e vir constante de análises e reflexões não homogêneas e sempre próximas dos atores do lugar.

A interação com os ribeirinhos busca compreender suas práticas cotidianas, suas motivações que trazem diversas encharges pedagógicas de investigação, como bem salienta Freire (1987), de que quanto mais se investigar o cotidiano popular junto com eles, aqui o dos ribeirinhos, mais nós nos vamos educando conjuntamente e assim problematizamos, investigamos, pesquisamos e como nos enfatiza Chizzotti (2014, p. 67) em um “contato próximo e durável com os membros destas comunidades”.

Este método investigativo parte, como diz Castanheira (2010), “do ponto de vista dos seus participantes”, das interpretações e descrições dos significados e práticas sociais do próprio informante, vivenciando seu cotidiano através de uma observação participante buscando o saber gerado a partir do olhar do outro e não com referências e idealizações urbanas fora do contexto dos ribeirinhos.

Caminhar etnograficamente buscando o cotidiano, a cultura vivida dos ribeirinhos remete-me a Geertz (2008), que destaca as “teias de significações” onde o homem tece em seu cotidiano não são para experimentar, mas para tecer interpretações sobre este cotidiano. A etnografia aqui tem o sentido de ondular nas águas das ilhas de Paquetá, Nova e Longa para que as teias líquidas destes lugares entremem seus saberes e os signifique.

Neste sentido, o dia a dia do trabalho de campo foi mostrando de que forma atuar, numa autoavaliação constante, como nos demonstra André:

[...] a pesquisa etnográfica busca a formulação de hipótese, conceitos, abstrações, teorias e não sua testagem. Para isso faz uso de um plano de trabalho aberto e flexível em que os focos da investigação vão sendo constantemente revistos, as técnicas de coletas, reavaliadas, os instrumentos reformulados [...] o que esse tipo de pesquisa visa é a descoberta de novos conceitos, novas relações, novas formas de entendimento da realidade. (1995, p. 30).

Brandão aponta para a condição de objeto que se apresenta as temáticas e as populações pesquisadas:

As temáticas que são objetos de estudo variam segundo cada contexto sócio-político, mas, por toda parte, um mesmo padrão de comportamento é adotado pelo pesquisador em relação ao objeto de sua pesquisa [...] São sempre aqueles que detêm o saber e o poder social que, com o auxílio dos instrumentos científicos, determinam unilateralmente o que, como e quando deve ser pesquisado e que decidem sobre o destino a ser dado ou o uso a ser feito dos resultados da pesquisa. Os grupos “observados” não tem nenhum poder sobre uma pesquisa que é feita *sobre eles* e nunca *com eles*. (1981, p.18).

Os instrumentais e técnicas para a pesquisa foram sendo maturados em pleno trabalho de campo a partir do convívio nas águas. Santos e Gamboa (2013, p. 63) chama atenção para esta maturação, identificando como um “processo da pesquisa que qualifica as técnicas e instrumentos necessários para a elaboração do conhecimento”.

Com a postura de observadora participante, incluindo-me por dentro do cotidiano, retiro o termo “objeto de pesquisa” e passo então a chamá-los de sujeitos, atores, protagonistas da pesquisa, construtores de grandes redemoinhos nas águas que passamos a navegar. Como diz Tedlock (2000 apud CHIZZOTTI, 2014): “tendendo não só a manter a observação participante, mas também discutir as observações do participante”. Deixando a maresia do cotidiano navegar.

E foi através da participação em alguns eventos do dia a dia que foram desvelando-se a importância de não se ter um instrumental fechado, rígido em sua aplicação, mas diversificar estes instrumentais, levando em conta a relação estabelecida com os ribeirinhos e demonstrando qual deles seria mais apropriado em determinada situação.

No trabalho de campo, deparei-me com a necessidade de readequar os instrumentais de coleta de dados por verificar sujeitos que seriam peças-chave para o desenvolvimento da pesquisa, que no momento da elaboração dos instrumentais não eram (re) conhecidos como tais, podendo elencar dois tópicos de análise dessas peças-chaves que interagiam com as vivências e práticas de letramento do cotidiano vivido, tornando-se muito significativas: o trajeto de barco e a hora da alimentação.

Os atores que passaram a fazer parte deste cenário a partir de então foram¹: os barqueiros, grandes condutores nesse processo de descobrimento da pesquisa; a merendeira, que não só alimentava os corpos, mas as mentes das crianças com sua culinária tão adequada a realidade dos alunos e seus ingratos horários de chegada e saída da UP Jamaci.

Agora, neste trajeto pelo mestrado, os instrumentais que inicialmente iriam ser usados seriam: entrevistas semiestruturadas, grupo focal, rodas de conversas. Novamente foram readequados, pela dificuldade de deslocamento dos moradores das ilhas entrevistados para os momentos de encontros coletivos (roda de conversa, grupo focal), tendo a partir da convivência e interação com eles na escuta de suas narrativas individuais a estratégia de informação pois, como ressalta Gamboa:

¹ No trabalho desenvolvido em um curso de Especialização, os sujeitos da pesquisa princípio eram somente os alunos e professores.

A simples coleta e tratamento de dados não é suficiente, faz-se necessário resgatar a análise qualitativa para que a investigação se realize como tal e não fique reduzida a um exercício de estatística. (2012, p. 44).

O trabalho de campo iniciou em 2016 nos fins de semana, quando comecei a percorrer as ilhas. Neste momento, foram as histórias com as vozes dos moradores mais antigos que ecoaram, de como se dava e se dá o cotidiano, a cultura vivida nessas ilhas. Utilizando com técnica entrevistas semiestruturadas que se tornaram, como menciono acima, no decorrer do tempo, longas e deliciosas conversas sendo estabelecidos não só vínculos pontuais, mas relações que se encharcaram de afeto.

As idas às ilhas *a priori* com um instrumental técnico me dava a “falsa” segurança para a condução da abordagem, porém não me sentia criando vínculo com os protagonistas da pesquisa, no entanto, a partir de cada ida e nas longas conversas deram na desenvoltura de narrativas grandes descobertas, fazendo eco em mim no que alerta Gamboa:

A formação do pesquisador não pode restringir-se ao domínio de algumas técnicas de coleta de dado, registro e tratamento dos dados. As técnicas não são suficientes, nem constituem em si mesmas uma instância autônoma do conhecimento científico. Estas tem valor como parte do método. O método, ou o caminho do conhecimento é mais amplo e complexo. (2012, p. 52).

Fotografia 5 – Sr. R. N. desatracando o barco



Fonte: Fotografia da Autora.

Meu condutor neste percurso, seu R.N (58a) (falaremos dele mais adiante, assim como já falamos anteriormente), barqueiro da UP Jamaci e morador da Ilha de Paquetá, pelo seu longo tempo morando nesta ilha e larga experiência de barqueiro foi indicando os moradores

mais antigos e me apresentando um a um sempre com suas valiosas e sábias recomendações: “vamos sair cedo pra pegar a melhor maré e poder atracar a canoa perto das casas”, o que eu seguia com toda tranquilidade de estar sendo bem guiada. E assim, sempre partíamos bem cedinho.

Então, no decorrer do trabalho de campo fui utilizando para coleta de dados as narrativas dos sábios senhores e senhoras e crianças, gravadas e depois transcritas, roteiro semiestruturado de perguntas centrais norteadoras, um roteiro fechado para coleta de dados gerais das ilhas (este foi aplicado somente com as lideranças), material fotográfico captando não só aspectos geográficos, mas momentos significativos do cotidiano, assim como observação sistemática e participante e diário de campo de registro pessoais de todo percurso.

2 DIÁLOGO ENTRE CONCEITOS E AUTORES

Início aqui alguns diálogos e considerações sobre as categorias centrais em minha pesquisa, sendo estas o letramento – identificado aqui na escola e além dela em suas práticas sociais em eventos de letramento, cuja cultura vivida está contida na cultura dos ribeirinhos. E mesmo quando o letramento é refletido no âmbito da escola este, como nos diz Kleiman (1995, p. 20), “extrapola o mundo da escrita tal qual ele é concebido pelas instituições que se encarregam de introduzir formalmente os sujeitos no mundo da escrita”, trazendo assim todo o cotidiano ribeirinho e seus saberes trilhando conexões com a escola.

Outrossim, trago considerações sobre a cultura, conceito carregado de complexidade. Devido à extensão dada historicamente a este termo, focalizo a cultura vivida dos ribeirinhos e o entrelugar que se apresenta entre cultura, cultura ribeirinha e seus deslocamentos.

2.1 EDUCAÇÃO RIBEIRINHA E LETRAMENTO

Não há saber mais ou menos: há saberes diferenciados!

(Paulo Freire)

Fotografia 6 – Parte interna da UP Jamaci



Fonte: Fotografia da Autora.

A Amazônia se configura como cenário de grande biodiversidade e nos remete a um imaginário de amplitude, exuberância, imensidão. É esta imagem que se transfigura em realidade quando são percorridos os seus inúmeros rios, igarapés, lagos e furos. Porém, até mesmo quem é nascido nessa região não conhece sua totalidade, tamanha sua extensão e riqueza. Ainda tem muito de desconhecido na Amazônia.

O Estado do Pará está dentro dos nove Estados que compõem a Amazônia Legal, que são: Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima, Tocantins, Oeste do Maranhão e o Norte do Mato Grosso. Este conceito de Amazônia Legal² surge com objetivo de planejar e promover o desenvolvimento desta região, porém até os dias de hoje Programas e Projetos que foram implantados para este fim carecem de eficiência e resultados mais eficazes, pois estes não se mostraram voltados para os interesses das populações tradicionais, mas sim interesses da expansão capitalista de exploração da fauna e flora amazônica.

O professor Eidorfe Moreira, que dá nome a Fundação Escola Bosque, já apontava em sua obra *Amazônia: o conceito e a paisagem* (1960), que a exuberância e a diversidade Amazônica não se concretizavam em investimentos no sentido de potencializá-los geograficamente, mas na perspectiva da exploração de interesses econômicos deixando cada

² Criado a partir da lei nº 1.806 de 06 de 11 de 1953, revisto e ampliado até a Constituição de 1988 com a criação de novos estados.

vez mais a população não só morando nas margens dos rios, mas também à margem de toda ordem de políticas públicas.

Adentrar na educação tendo como referência a Amazônia é necessariamente adentrar pelos seus rios, furos e igarapés que banham as escolas ribeirinhas, onde o povo ribeirinho se mostra como uma população que traz submerso toda complexidade de vivências e saberes desta vasta região e que com sua subjetividade faz emergir em suas águas toda sua cultura vivida em sua cotidianidade. Como ressalta Brandão:

[...] pessoas, seres humanos que criam a vida que vivem, que vivem e pensam as suas próprias histórias que para eles tem, de fato, um sentido; histórias pessoais e coletivas de vida que desvelam pessoas e grupos humanos. (2003, p. 91).

O conhecimento desta realidade amazônica é uma necessidade para que seja vista de outra ótica a educação mais harmonizada com o seu contexto, com a sua cultura vivida, como mostra Corrêa (2003, p. 39): “é notória a forte relação entre o tempo social, e individual entrecruzado com o tempo da natureza”, não só para os ribeirinhos, pois a harmonização homem e natureza são benéficas e produz qualidade de vida para todos. Trago mais adiante um fenômeno da natureza que interfere no cotidiano da escola e que os ribeirinhos a percebem com antecedência reorganizando o tempo das aulas, a *Maré Lançante*.

Falar dos ribeirinhos amazônicos é discorrer sobre vasto território e populações que envolvem hábitos e costumes indígenas, quilombolas, caboclos, sua relação com o trabalho com atividades marcadas pelo extrativismo do açaí e palmito, da agricultura familiar e a pesca, ou seja, uma interação com a fauna e flora. É falar do pulmão pulsante das águas e florestas.

É ressaltar como bem explicita Corrêa:

[...] que, se, de um lado essas populações são acumuladoras históricas e tradicionalmente de saberes e valores sobre todo esse complexo de biodiversidade: *roça-mata-rio-igarapé-quintal*, de outro, no entanto, as condições concretas de opressão e exclusão delas as desafiam, também historicamente a buscar condições necessárias de vida material e simbólica *sobre, nesse e desse* complexo, razão por que estão criando e recriando saberes sobre si e sobre a natureza [...]. (2003, p. 38).

A educação ribeirinha é cercada de muitos desafios. Hage e Junior apontam alguns desses desafios:

A ação pedagógica em escolas ribeirinhas está envolta por contextos desafiadores: questões sociais, econômicas geográficas, culturais, raciais, etc., fazem parte de qualquer cotidiano escolar, mas, no caso das escolas ribeirinhas, elas se acentuam. (2013, p. 20).

A ação pedagógica numa escola ribeirinha necessita de um olhar voltado para esta realidade, para este contexto onde professor e aluno tem uma superação diária de desafios que aparecem a cada dia, desde a ida até a vinda da escola e tantos outros deslocamentos. Esta UP atende alunos das ilhas de seu entorno conta com duas professoras regentes em dois turnos de funcionamento, um professor de arte e um professor de educação física que estão na UP sempre as terças feiras. Os professores saem às 7h do trapiche de Icoaraci e só retornam às 18h, totalizando quase onze horas de trabalho.

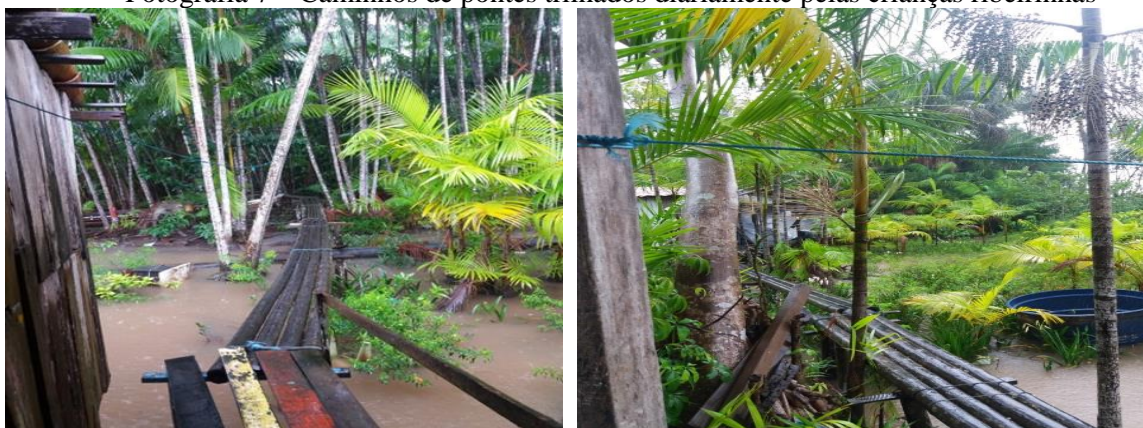
No caso das escolas ribeirinhas coordenadas pela Fundação Escola Bosque (a UP Jamaci é uma delas), o barco maior leva os professores da Ilha de Cotijuba e o barco menor leva os professores de Jutuba e Jamaci, a dificuldade começa logo nesse deslocamento longo e com muitos entraves.

A professora N.Q (35a), regente dos ciclos I e II, diz que aprende muito com os alunos sobre seu cotidiano “aprendi a remar pra ir visitar a casa dos alunos, andar nas pontes de toco, o que lhe já me deixou com muito equilíbrio, coisa que os alunos têm de sobra”. Freire (1996, p. 23) aponta para esta importante relação de aprendizado entre docentes e discentes “Quem ensina aprende ao ensinar e que aprende ensina ao aprender” e neste aprendizado contínuo a professora procura estar atenta ao que estes alunos ribeirinhos trazem do seu cotidiano para dentro de sala.

N.Q (35a) salienta aspectos diferenciais das crianças de escolas urbanas como a desenvoltura muscular, equilíbrio, não terem medo de altura, entre outras:

[...] as crianças das escolas urbanas são menos desenvolvidas fisicamente, corporalmente por não terem o costume de subir em árvores altas, andar nas pontes. No trabalho com a educação Infantil percebemos o quanto tem que ser reforçado as atividades de equilíbrio nas escolas urbanas ao passo que nas escolas ribeirinhas essas atividades são facilmente superadas.

Fotografia 7 – Caminhos de pontes trilhados diariamente pelas crianças ribeirinhas



Fonte: Fotografia da Autora.

As especificações institucionais destas comunidades tradicionais aparecem em documentos oficiais como no decreto nº 6040/2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais que no seu art. 3º e assim as define:

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

Nestes fragmentos dos documentos oficiais, percebo que no pano de fundo dos conceitos destas comunidades há uma visão de isolamento, absortas das tecnologias e desenvolvimento, como se não houvesse o deslocamento da modernidade para estas comunidades. Sra. N.T (65a) relata como é sua relação com a “cidade”:

Num sei viver na cidade, lá tudo é fechado, parece que a gente tá na prisão. Vou na cidade só quando preciso muito. Aqui a gente fica com as portas e janelas abertas, sem medo, livres. Vai na janela e olha o rio, pega o barco e traz o alimento do rio, sacode e sobe nas arvores para comer as frutas. O rio me banha, me alimenta. Do rio a gente vive e a gente cuida dele pra viver e ele cuida de nós.

Na casa de sra. N.T (65a), as portas e janelas que ficam abertas, ela também nos encontra com o sorriso e o coração abertos em cada chegada em sua casa.

2.2 LETRAMENTO DAS ÁGUAS

Dando início a pesquisa na Unidade Pedagógica do Jamaci em 2014³, acompanhava o chegar das crianças nos barcos e observava o quanto que este momento era rico de eventos e práticas de letramento, além da paisagem de uma geografia que encantava em todo percurso, constituindo momentos de aprendizagem.

Com muita movimentação as crianças chegam no barco, vindas de outras ilhas, elas surgiam em botes ou rabetas menores, saindo de diversos furos e igarapés para pegar o barco escolar, pode-se dizer eventos e práticas de letramento iniciavam nesse instante, seja nas brincadeiras com os amigos, nas conversas entre si, as crianças vão se encontrando umas com

3 A Unidade Pedagógica Jamaci foi também lócus de pesquisa de um trabalho desenvolvimento anteriormente durante um curso de Especialização.

as outras, mas, principalmente, a rotina começava desde aí, no deslocamento, o Letramento das águas.

Este deslocamento que estou chamando de letramento das águas, o ir e vir da cultura do povo das águas onde essa liquidez tem identidade e cultura própria é o que tento alcançar ondulando em discussões iniciais, mesmo que posteriormente seja necessário jogar mais água para clarear o que ainda é novo e tênue de conceito.

Fotografia 8 – Alunos chegando na UP Jamaci



Fonte: Fotografia da Autora.

Acho relevante conceituar *práticas de letramento* trazendo também o conceito de *eventos de letramento*, já que esses conceitos embora estejam intrinsecamente ligados, têm suas peculiaridades: os *eventos de letramento* são as situações que observamos no dia a dia e têm como componente atividades de leitura e escrita, em se tratando do contexto escolar, poderíamos citar diversas atividades, tais como: contação de história, reconto, trabalho com gêneros textuais, desenvolvidas de forma individualizada; as *práticas de letramento* são os significados dados pelos alunos aos eventos desenvolvidos, podendo estar em diferentes contextos de sociabilidade: família, comunidade, entre outros. Neste sentido Street e Castanheira afirmam que:

A proposição desses dois conceitos assenta-se na compreensão da natureza social do letramento, que teve origem e desenvolvimento em um conjunto de pesquisas denominado Novos Estudos do Letramento (New Literacy Studies). Práticas e Eventos de letramento são modelos analíticos utilizados por pesquisadores que buscam compreender os usos e os significados da escrita e da leitura para diferentes grupos sociais e as consequências educacionais, políticas e sociais de tais usos e significados para os indivíduos e para os grupos a que pertencem. (2014, p. 14).

Os pais dos alunos da UP Jamaci recomendam a estes que não tirem seus cadernos no barco, pois podem cair na água, porém a leitura é feita no barco por intermédio da professora que todos os dias compra jornal e vem lendo no trajeto até a escola. Este é um ato muito estimulante para as crianças que ficam ao redor dela, querendo saber o que está escrito e os que já sabem ler pedem uma parte do jornal e ficam lendo uns para os outros, são leituras de um cotidiano que muitas vezes não faz parte do deles, mas que eles se apropriam e tomam conhecimento.

Tomar conhecimento das notícias do “jornal da cidade” traz para o cotidiano dos alunos elementos outros para o seu próprio cotidiano e esse binarismo rural x urbano, campo x cidade vai tomando uma dimensão de apropriação e hibridismo, corroborando as palavras de Bhabha (2013, p. 50) “[...] nas margens deslizantes do deslocamento cultural”, deslocamento este que aparece nas falas das crianças dentro da escola, um dos lugares onde essa apropriação se faz presente e desliza para esse letramento das águas que bate na margem e volta pros rios.

As histórias contadas pelas crianças fora da escola são histórias do seu universo lendário, onde apareceram Iara, Matinta Perera, Cobra Grande, entranhadas no cotidiano das ilhas, trago uma dessas histórias ouvida em um momento de descanso na casa de seu Ronaldo, contada por M. (9 anos), sua neta, que sentada ao lado da rede em que eu dormia espera eu acordar e pergunta: “você gosta de contar história?”. Como aquela imagem e o momento me pareciam mágicos, pois eu estava aguardando ansiosa as oficinas com as crianças na escola, achei que ainda fazia parte do meu sono, porém M.S (9a) se fez mais nítida com o sol que batia no pátio e constatei que não era sonho, então respondi: “Gosto mais de escutar histórias, você sabe contar alguma?”. Foi quando percebi que era exatamente isso que ela queria, contar suas histórias.

Com muito entusiasmo M.S (9a) começa:

Meu tio acordou de noite abriu a janela, porque sua rede era bem em frente, e viu a Iara, ele queria chamar minha vó que dormia na rede do lado dele, mas a voz dele não saía. Foi que a Iara fez um redor nele e prendeu a voz dele. Ela tava querendo ele como namorado dela. Ai ele conseguiu gritar e ela sumiu” ela dá continuidade “Outra vez ele sempre ouvia um ronco em baixo da terra, era a Iara que cantava, meu tio foi pra de baixo da casa atrás daquele ronco, foi, foi, foi e viu um buraco quando viu subiu uma fumaça pra cima dele e ele saiu correndo e ficou se coçando muito. Minha mãe levou ele na mulher que curou ele de coceira, ela passou um remédio e toda coceira passou e ela disse que era a Iara querendo levar ele com ela. Puxando bem a respiração Miliele me olha satisfeita de suas histórias, e eu mais ainda por ouvi-la.

M.S (9a) conta histórias que não estão nas páginas dos livros da biblioteca da escola, ou melhor, não na forma que estão escritas nos livros e reafirma o que Castanheira (2010) traz sobre Letramento escolar:

Ler e escrever na escola são processo que se diferenciam de ler e escrever fora da escola, pois *o quê, como, quando, para que* se lê ou se escreve na escola são aspectos definidos a partir das especificidades dessa instituição, que visa em última instância, ao ensino e à aprendizagem. A expressão *Letramento escolar*, portanto aponta para diferenças entre práticas de leitura e escrita desenvolvidas dentro e fora da escola.

O que aparece nas histórias contadas por M.S (9a) não faz referências à imagem da Iara dos livros, em que esta elege e vem buscar um determinado rapaz a partir do seu lindo canto sempre na beira de lagos e praias, mas segundo sua imaginação, sua interpretação, sua significação ela tem um ronco perturbador que faz os homens se atormentarem.

Este que ousou chamar de “*Letramento das Águas*” surge das práticas sócias e culturais advindas do cotidiano líquido dessas crianças, que estabelecem claramente para si não só o domínio da leitura e da escrita, ainda em desenvolvimento, mas a significação no uso em eventos e práticas de letramento para seu dia a dia ou a partir dele. Paixão (2012, p. 12) ratifica: “No cotidiano escolar, os sujeitos estão por inteiro, com seus sonhos, esperanças, descrenças, construindo composições que resultam da educação formal e de variações sobre temas do senso comum”.

Os conceitos de Alfabetização e Letramento se tornaram conceitos em disputas e não é a intenção aqui fazer este debate, por isso assumo o conceito de Magda Soares (2010, p. 24):

Uma última inferência que se pode tirar do conceito de **Letramento** é que um indivíduo pode não saber ler e escrever, isto é, ser analfabeto, mas ser de certa forma, **letrado** (atribuindo a este adjetivo sentido vinculado a *Letramento*). Assim, um adulto pode ser analfabeto, porque marginalizado social e economicamente, mas vive em um meio que a leitura e a escrita tem presença forte, se interessa em *ouvir* a leitura de jornais feita por um alfabetizado, se recebe cartas que outros leem para ele, se *dita* cartas para que um alfabetizado as escreva (e é significativo que, em geral, dita usando vocabulário e estruturas próprias da língua escrita), se pede a alguém que lhe leia avisos ou indicações afixados em algum lugar, esse analfabeto é, de certa forma **letrado**, porque faz uso da escrita. Da mesma forma, a criança que ainda não se alfabetizou, mas já folheia livros, finge lê-los, brinca de escrever, ouve histórias que lhe são lidas, está rodeada de material escrito e percebe seu uso e função, essa criança é ainda “analfabeta”, porque ainda não aprendeu a ler e escrever , mas já penetrou no mundo do **Letramento**, já é de certa forma **letrada**. Esses eventos evidenciam a existência desse fenômeno a que temos chamado de **Letramento** e sua diferença deste outro fenômeno a que chamamos de *alfabetização*, e apontam a importância e necessidade de se partir, nos processos educativos de ensino aprendizagem

da leitura e da escrita voltados seja para crianças, seja para adultos, de uma clara concepção desses fenômenos e de suas diferenças e relações. (2010, p. 24).

Autores como Street (1984) trazem abordagens críticas e sociais em enfoques de letramento autônomo e ideológico apresentado acima, e Rojo (2009) amplia essa discussão quando trabalha com o conceito de *letramentos múltiplos*. Neste sentido, Soares (2010) vai reafirmar que o letramento não se dá somente através de habilidades individuais, mas também com práticas sociais, coletivas a partir da realidade local, da cultura vivida de uma comunidade que traz suas práticas e eventos de letramento social. Esta premissa é a que procuro enfatizar no presente capítulo no que concerne aos letramentos das águas dos ribeirinhos e seu cotidiano que atravessa literalmente com suas águas o cotidiano da escola e vice-versa.

Percebe-se esse estado de letramento nos vários momentos do cotidiano dos alunos seja na escola nas atividades vividas em sala ou nos momentos extraclasse, como, por exemplo, o traslado no barco, e nos fenômenos da natureza que alteram o cotidiano da escola, como é o fenômeno da “*Maré Lançante*”, que pois as marés quando baixam muito (maré lançante) interrompem o dia letivo, impossibilitando a ida a campo para acompanhar os professores.

Fotografia 9 – Maré lançante



Fonte: Fotografia da Autora.

Este fenômeno pode ser considerado sem valor educativo por ser um conhecimento empírico, porém ele atravessa o cotidiano escolar interferindo neste cotidiano, seria o que

Street (2014, p.98) caracteriza como “experiência local de letramento”. Street observa isso em estudos sobre uma experiência local na Melanésia de como os habitantes faziam uso considerável de práticas letradas em sua contestação da hegemonia europeia era o chamado “culto a carga”⁴. A importância do rio na vida dos ribeirinhos é um primeiro aprendizado que os educadores que estão atuando nas UP ribeirinhas precisam se apropriar. Segundo Pojo e Vilhena:

Esta questão ratifica a necessidade ímpar e permanente que os educadores aprofundem e compreendam as implicações ribeirinhas no contexto das práticas educativas o que significa zelar pela travessia entre o ir e o vir de professores, estudantes e barqueiros; entender o movimento cotidiano das comunidades, lidar com o movimento do rio e das marés. Tudo isso são condições que historicizam modos circundantes e envolventes para as práticas educativas escolares, configurando molduras curriculares nas UP’s das ilhas belemenses. (2011, p. 7),

Esse conhecimento dos rios que interfere no cotidiano da cultura vivida e da escola, esse conhecimento de mundo fica invisível, ignorado pela escola quando não os aborda trazendo-o para seu currículo, transformando-se em um currículo vivo. Este parece ser um conhecimento rico e oportuno para que os alunos tecessem discussões e análises de sua realidade tão peculiar trazida pelas águas, um currículo afinado com as águas, como alerta Freire:

Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela saberes socialmente construídos na prática comunitária, mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. Porque não aproveitar a experiência que tem os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos... (1996, p. 30).

Não se pretende aqui travar uma análise e discussão sobre currículo, porém não se pode deixar de evidenciar, mesmo que de forma breve, a importância dessa discussão para o contexto das escolas ribeirinhas, já que estas são locais de vivências e práticas muito singulares no caso da cultura ribeirinha, onde é de fundamental importância que se organize um currículo que permita sua aprendizagem a partir da sua realidade, do seu contexto cultural.

Porém, os modelos tradicionais de currículo trazem de forma homogênea o saber de fora, como apresenta Silva, fazendo uma contextualização dos modelos tradicionais de

4 Para maior detalhamento ver: STREET, Brian. Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. 2014, capítulo 4.

currículo em décadas como a de 1960 e 1970, contudo, bem atuais ainda, quando as instituições não referendam um currículo que seja voltado ao contexto cultural heterogêneo e com isso fazem:

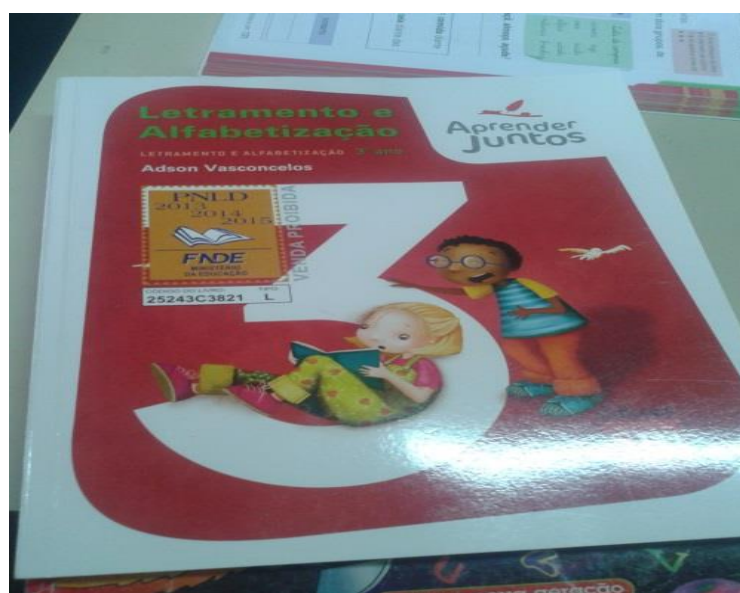
Arranjos educacionais existentes às formas dominantes de conhecimento, ou de modo mais geral à forma social dominante. Ao tomar o *status quo*, como referencia desejável, as teorias tradicionais se concentravam pois, nas formas de organização e elaboração do currículo. Os modelos tradicionais de currículo restringiam-se a atividade de *como fazer* o currículo. (2010, p. 29-30).

Estes arranjos vão invisibilizando a cultura dos alunos que, como diz Freire (1987), vão desconectando os alunos de sua realidade criando “retalhos de realidade” e ainda Freire ressalta que os alunos são “vasilhas” em recipientes a “serem enchidos”, completa:

Desta maneira, a educação se torna um ato de depositar, em que os educando são depositários e o educador o depositante [...] na visão “bancária” da educação o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. (1987, p. 58).

De onde o saber vem das águas a educação não pode ser depósito fechado em si, lacrado de conhecimento, quando a educação vem das águas o conhecimento é barco que flutua, é maré que enche e vaza de saber.

Fotografia 10 – Os livros utilizados pelos alunos



Fonte: Fotografia da Autora.

Fotografia 11 – Leituras baseadas nos livros do MEC



Fonte: Fotografia da Autora.

Althusser (1983) escancara em seu clássico, *A Ideologia e os aparelhos ideológicos do estado*, que a escola é um desses aparelhos e impõe sua ideologia, a ideologia da classe dominante do saber, pois o capitalismo não iria perder a escola como espaço de reprodução, pois é onde o sujeito passa um grande período de sua vida. Silva questiona “como a escola atua?”:

A escola atua ideologicamente através de seu currículo, seja de forma mais direta, através de matérias mais suscetíveis ao transporte de crenças explícitas sobre a desejabilidade das estruturas sociais existentes como Estudos Sociais, história, Geografia, por exemplo: seja de forma mais indireta através de disciplinas mais “técnicas” como Ciências e Matemática. (2010, p. 31).

O letramento das águas não pode estar desbotado diante da grandeza de seus saberes, sumido dentro de um currículo engessado. Há de se considerar sempre o ir e vir das águas dos rios, desobscurecendo a cultura vivida amazônica, identificando-a nos discursos, nos currículos e nos processos de letramento, minimizando a invisibilidade do povo das águas como produtores de cultura.

2.3 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Emília Ferreiro e Ana Teberosky em 1985 lançam *Psicogênese da língua escrita*, obra que apresenta investigações sobre o processo de aquisição da língua escrita pelas crianças pautada principalmente pela psicogenética de Jean Piaget. Ferreiro e Teberosky (1985, p. 15)

apontam que um dos objetivos nesta obra é “tentar uma explicação dos processos e das formas mediante as quais a criança chega a ler e a escrever”, percebendo no processo cognitivo desta busca o enfoque maior para a descoberta.

Na busca dessas descobertas elencam hipóteses em que as crianças se lançam no processo cognitivos para a aquisição da escrita, sendo outro objetivo apresentado por Ferreiro e Teberosky (1985, p. 15) “Identificar os processos cognitivos subjacentes à aquisição da escrita, compreender a natureza das hipótese infantis e descobrir o tipo de conhecimento específico que a criança possui ao iniciar a aprendizagem escolar”. Tendo através da identificação dos erros das crianças, um avanço construtivo dessa identificação, pois estes erros eram na verdade caminhos percorridos para descoberta da escrita.

Desbravando esta nova abordagem do pensar a alfabetização, as autoras refutam a ideia de que teriam inventado um novo método de alfabetização, não teriam esta intenção, contudo, visam “apresentar a interpretação do processo desde o ponto de vista do sujeito que aprende”. Já Ferreiro provoca os professores no sentido de repensar suas práticas:

As crianças são facilmente alfabetizáveis desde que descubram, através de contextos sociais funcionais, que a escrita é um objeto interessante que merece ser conhecido (como tantos outros objetos da realidade aos quais dedicam seus melhores esforços intelectuais). (1993, p. 25).

Ainda Ferreiro e Teberosky (1985, p. 41) alertam para o repensar da escola nos seus estímulos as crianças diante dos graves índices de analfabetismo na América Latina com dados alarmantes da UNESCO em 1974, os quais as autoras tomando conhecimento instigam: “Em alguns momentos da história faz falta uma revolução conceitual. Acreditamos ter chegado o momento de fazê-lo a respeito da alfabetização”. Demonstrando assim todo seu comprometimento e colocando também suas pesquisas para contribuir para a diminuição do analfabetismo.

No Brasil, a luta também é árdua, e Freire (1980, p. 66) denuncia a situação da educação “um sistema precário e seletivo de educação, no qual as escolas são um instrumento para manter o *‘status quo’*; por altas porcentagens de analfabetismo” e da voz aos oprimidos e sua tomada de consciência.

E essa tomada de consciência se daria a partir de sua realidade, buscando através dela dar significado ao aprendido. E traz como bases de concepção de educação, a conscientização e o diálogo, categorias que trariam para os debates árdus embates com a concepção tradicional bancária de repasse e mera transmissão de conhecimento. Freire, assim anuncia os primeiros passos: “Essa tomada de consciência não é ainda a conscientização, porque esta

consiste no desenvolvimento crítico da tomada de consciência” e vai seguindo o anúncio da descoberta da consciência.

A conscientização é, neste sentido, um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se “des-vela” a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo [...] A conscientização não pode existir fora da “práxis”, ou melhor sem o ato ação-reflexão. (1980, p. 26).

Assim como Freire, Ferreiro tem a ampliação de seu debate para o entendimento de que a alfabetização não se dá somente no âmbito da escola quando se refere:

Estamos tão acostumados a considerar a aprendizagem da leitura e da escrita como um processo de aprendizagem escolar que se torna difícil de reconhecermos que o desenvolvimento da leitura e da escrita começa muito antes da escolarização. (2011, p. 63).

Quiçá sejam estes ensejos de estímulos, valorização no processo a partir do aluno e não do professor, tomada de consciência de sua realidade que vão se apresentando com o nome de letramento, cuja discussão central se dá no todo do processo da aquisição da leitura e da escrita, e a função social que esta aquisição tem para o dia a dia dos educandos e a transformação de sua realidade.

2.4 CONCEITOS DE LETRAMENTO E SUAS ONDULAÇÕES

Nos estudos de alfabetização aqui no Brasil, nos deparamos com um conceito a partir da segunda metade da década de 1980, retratando esse percurso Magda Soares (2010, p. 15) nos reporta: “Letramento é palavra recém-chegada ao vocabulário da Educação e das Ciências Linguísticas: é na segunda metade dos anos 80, há cerca de apenas dez anos, portanto, que ela surge no discurso dos especialistas dessas áreas”. Trazendo assim novos olhares para o processo de ensino e aprendizagem.

Fotografia 12 sala de aula da UP Jamaci



Fonte: Fotografia da Autora

Fotografia 13 atividade de leitura e escrita na UP Jamaci



Fonte: Fotografia da Autora

O termo Letramento é abordado pela primeira vez pela autora Mary Kato (1990, p. 7) em sua obra *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*: “Acredito ainda que a chamada norma-padrão, ou língua falada culta, é consequência do letramento, motivo por que, indiretamente, é função da escola desenvolver no aluno o domínio da linguagem falada institucionalmente aceita”. Além de usar o termo, Kato (1990, p. 7) faz uma conceituação inicial do mesmo “um sujeito capaz de fazer uso da linguagem escrita para sua necessidade individual de crescer cognitivamente e para as várias demandas de uma sociedade que prestigia esse tipo de linguagem como um instrumento de comunicação”. Suscita então a necessidade de uma ampliação do termo para a educação.

Considerando este conceito como novo. Mortatti (2004, p.11) menciona que: “Se educação é uma palavra conhecida e utilizada em seus diferentes significados”, o mesmo não se pode afirmar em relação a “letramento [...] gradativamente, vem ganhando visibilidade em outros espaços da sociedade”. Essa falta do conhecimento do termo é sentida também por Tfouni:

Dei-me conta, como consequência, de uma lacuna linguístico discursiva, que se resumia no seguinte: a falta, em nossa língua de uma palavra que pudesse ser usada para designar esse processo de estar exposto aos usos sociais da escrita sem no entanto saber ler nem escrever. Foi dessa constatação que surgiu o neologismo *letramento*. (2010, p. 11).

Kato (1990, p. 11-12) A autora ainda conceitua os termos Alfabetização e Letramento como sendo “A alfabetização refere-se à aquisição da escrita enquanto aprendizagem de habilidades para leitura, escrita e as chamadas práticas de linguagem [...] pertence assim ao âmbito individual”. Quanto ao termo letramento, Kato (1990) conceitua:

O letramento por sua vez, focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição da escrita. Entre outros casos, procura estudar e descrever o que ocorre nas sociedades quando adotam um sistema de escritura de maneira restrita ou generalizada; procura ainda saber quais práticas psicossociais substituem as práticas “letradas” [...] tem por objetivo investigar não somente que é alfabetizado, mas também que não é alfabetizado, e, nesse sentido desliga-se de verificar o individual e centraliza-se no social.

Esta é uma questão que se debate, quanto ao termo Alfabetização não dar conta também deste processo de letramento em sua completude, porém isto é problematizado por Emília Ferreiro (2011, p. 20): “No decorrer dos séculos, a escola (como instituição) operou uma transmutação da escrita. Transformou-a de objeto social em objeto exclusivamente escolar”, o que oculta os fatores do contexto social.

Ferreiro (2011, p. 21) reafirma ainda que “É imperioso (porém nada fácil de conseguir) restabelecer, no nível das práticas escolares, uma verdade elementar: a escrita é importante na escola porque é importante fora da escola, e não o inverso.”

Ainda sobre os conceitos de letramento, Street (1984) nos apresenta o conceito de *modelo autônomo de letramento* e *modelo de letramento ideológico*. Este conceito primeiro compreende autonomia na perspectiva da escrita como sendo um processo completo em si mesmo, não estando preso ao contexto e a interpretação do mesmo, mas somente ao texto lido.

Kleiman apresenta o segundo conceito de Street de letramento Ideológico:

A este modelo autônomo, Street (1984) contrapõe o *modelo ideológico*, que afirma que as práticas de letramento, no plural, são social e culturalmente determinadas e como tal, os significados específicos que a escrita assume para um grupo social dependem dos contextos e instituições em que ela foi adquirida. (1995, p. 21).

Considerando a natureza, os homens, mulheres e crianças das ilhas pesquisadas tomo esta referência de letramento como olhar e base para as análises de eventos e práticas de letramento nas ilhas, pois estes vem encharcados da realidade amazônica que precisa ser salientada agora e sempre como cultura amazônica.

2.5 CULTURA VIVIDA E COTIDIANO

Buscando entender e me aproximar dos marcos teóricos que percorrem a pesquisa, foi de suma importância ondular pela antropologia, área distante do que vinha até então estudando, pois, em trabalhos anteriores, percorri autores e conceitos da educação, alfabetização e letramento e agora me volto para essas águas com os conceitos e autores que navegam pela cultura, bem mais voltada para os saberes, para o cotidiano, ondulando para a cultura vivida dos ribeirinhos.

Fotografia 14 Igarapé do Jamaci



Fonte: Fotografia da Autora

Sendo este um conceito que perpassará todo o trabalho a partir do olhar da cultura vivida dos ribeirinhos, ele vai ser arrastado pelas águas ondulando os olhares até a escola a partir do letramento como um interlocutor do cotidiano e a dialogici

dade com a enunciação deste cotidiano. Assim, situo, localizo e foco na cultura vivida, as categorias que passo a trazer para esta maré de saberes, sendo estas: cultura, letramento e, posteriormente, dialogicidade.

A discussão sobre a cultura, assim como as águas, percorre vários espaços, e transita por inúmeros processos de vazantes e enchentes e, necessita ser entrelaçada por vários conceitos, até porque os conceitos de cultura são muito amplos. Williams (2000) já sinalizava a complexidade da palavra na língua inglesa e o termo cultura carrega realmente uma imensa complexidade. Aqui, como o foco é a cultura vivida dos ribeirinhos, pode-se relacionar, ainda, com o termo natureza. Eagleton (2011) aponta ser este também um termo com “honras de complexidade” e elasticidade.

Williams (2010, p. 171) desperta, mesmo que neste momento estivesse falando de cultura no sentido artístico, para o “ambiente” como palavra-chave para apresentação de determinadas situações, no caso, uma personagem, ambiente este que “É ou pode ser, uma outra coisa bem diversa ver e mostrar a personagem e a ação como determinadas e profundamente influenciadas pelo ambiente, seja ele natural ou social”, este ambiente, este cenário é a ação vista não só na atuação, mas produzindo, alterando, interagindo neste ambiente com suas pressões, conflitos que este ambiente traz.

Em sua obra *A Interpretação das Culturas*, Geertz discorre sobre o surgimento de alguns termos e conceitos que prometem solucionar todas as demais dificuldades dos termos e conceitos anteriores, porém o uso cotidiano dos mesmos nos deixa já familiarizados e saciados destes, “terminando sua popularidade excessiva” buscando outros:

Entretanto, ao nos familiarizarmos com a nova ideia, após ela se tornar parte do nosso suprimento geral de conceitos teóricos, nossas expectativas são levadas a um maior equilíbrio quanto às suas reais utilizações, e termina a sua popularidade excessiva. (2008, p. 3).

Geertz (2008) enfatiza que com relação aos conceitos de cultura confirma-se este processo, mas problematiza-o para não reduzi-lo e sim buscar sua amplitude e a densidade de suas “teias e significados”:

Todavia, esse padrão se confirma no caso do conceito de cultura, em torno do qual surgiu todo o estudo da antropologia e cujo âmbito essa matéria tem se preocupado cada vez mais em limitar, especificar, enfocar e conter. É justamente a essa redução do conceito de cultura a uma dimensão justa, que realmente assegure a sua importância continuada em vez de debilitá-lo, que os ensaios [...] são dedicados, em suas diferentes formas e direções. (2008, p. 10)

Quando abrimos os olhos, pensamos que ainda é noite, mas no Igarapé do Jamaci o dia começa cedo. Às 3h da manhã, seu R.N (58a) e o filho M.N (29a) já estão dentro do barco arrumando os paneiros de açai, os sacos com camarão seguindo para a pesca. Em seguida, irão para Icoaraci fazer a venda de seus produtos.

Este não é só um trabalho que os homens fazem, percebo na Ilha Longa e na Ilha Nova que as mulheres estão presentes nesse cotidiano, pois arriar o matapi e recolhê-los muitas vezes fica sob a responsabilidade delas, enquanto pegar a peconha e subi no açazeiro, pescar, são atividades desenvolvidas geralmente pelos homens. Porém, algumas mulheres se aventuram corajosamente na subida do açazeiro, sra L.N (56 anos) é uma delas e relata: “quando mais jovem subia direto, sempre subia, só parava quando emprenhava”.

Fotografia 12 – Mulheres da Ilha nova organizando matapi.



Fonte: Fotografia da Autora.

O dia vai clareando já com o barco no meio da baia e o frio só é quebrado por um bom copo de café, é nesse aquecer do café que tento acompanhar esse momento de silêncio, expectativa e ansiedade da pescaria, para mim, porque eles estão tranquilos. Não se perturbam ou se afligem quando ouvem um barulho de uma ondulação mais forte das águas ou outros ruídos que vêm da baia ou da mata. Há dias em que a pescaria não é tão proveitosa e nem mesmo isso os afligem: “acho que amanhã com a lua cheia vai dar mais peixe” comenta seu R.N.(58a)

Com o dia já clareando, o barco vai chegando no trapiche de Icoaraci e o filho de seu R.N.(58a) e ele próprio começam a fazer os contatos para a venda das mercadorias. Num

determinado ponto da Baía já dá sinal de celular e através de seus celulares acertam tudo. Quando aportam o barco no trapiche, já vão direto para os pontos acertados: a orla de Icoaraci, a feira do bairro e alguns atravessadores irão comprar os produtos trazidos.

Fotografia 13 – Trapiche de Icoaraci



Fonte: Fotografia da Autora.

Todo processo de venda se desenrola até às 8h da manhã, tudo já está encaminhado, é o rebatimento das ondas até a margem. Pai e filho retornam para a Ilha de Paquetá, lá outra jornada os espera, esta jornada é na UP Jamaci, onde fazem o transporte escolar dos alunos das Ilhas Longa e Nova que virão no turno da tarde.

Esse momento de sair do seu lugar, onde o rio toma conta e ir para o asfalto, onde o concreto impera, remete para o que aponta Bhabha:

É nesse sentido que a fronteira se torna o lugar a partir do qual *algo começa a se fazer presente* em um movimento dissimilar ao da articulação ambulante, ambivalente, do além que venho traçando: “Sempre, e sempre de modo diferente, a ponte acompanha os caminhos morosos ou apressados dos homens para lá e para cá, de modo que eles possam alcançar outras margens... A ponte reúne enquanto passagem que atravessa. (2013, p.)

Este cotidiano peculiar também é atravessado pelas ondulações do urbano como um rebatimento das marés que estalam no cais e voltam, movimentos circulares que vão ondulando os fenômenos do urbano para o rural e elementos do rural no urbano, entrecruzamentos. Esse deslocamento cultural identificado por Bhabha (2013) recai sobre o cotidiano ribeirinho que vem encharcado de sua quietude e entra no cotidiano urbano cheio de acelerações, diferenças culturais que negociam e mesclam seus cotidianos.

São hibridizações que aparecem com os acordos de venda das mercadorias (peixe, camarão, açaí) feitos pelo celular que só é usado quando se aproxima do continente, celulares que todos têm em suas casas, mas só usam quando saem da Ilha. Hibridismos que aparecem com o fenômeno da pirataria nos rios amazônicos, alterando assim os horários de saída dos pescadores que criam estratégia de saírem em pequenos comboios de barcos, surgem com a narrativa da pequena M.S (9a) sobre o ronco da Iara, deslocando dos livros didáticos sua representação da lenda.

Invocando o hibridismo de Bhabha, como termo peculiar a realidade ribeirinha, onde, como não poderia deixar de ser vindo das águas, as ondulações trazem maresias, enchentes e vazantes de diferentes processos culturais, muitas vezes assimétricos como alerta Bhabha:

A representação da diferença não deve ser lida apressadamente como reflexo de traços culturais ou étnicos *preestabelecidos*, inscritos na lápide fixa da tradição. A articulação social da diferença, da perspectiva da minoria, é uma negociação complexa, em andamento que procura conferir autoridade aos hibridismos culturais que emergem [...]. (2013, p. 21).

O hibridismo que o autor trata se mostra claramente quando estes acontecimentos de assaltos nos barcos “a pirataria”, como chamam, relatados recorrentemente pelos moradores das três ilhas, são escutados também em todas as áreas urbanas com a mesma recorrência onde a violência dos assaltos no asfalto e nos rios prejudicam significativamente as pessoas, deixando-as num estado de total insegurança. No caso dos ribeirinhos ainda pior, pois o policiamento não se estrutura para percorrer os rios na tentativa de frear esses assaltos. Porém, cabe a partir desse fato ressaltar o deslocamento, o híbrido a extensão da cotidianidade rural/urbano, onde a criminalidade se estende para os rios nesse fenômeno relatado da “pirataria”.

O cotidiano ribeirinho transita com seus modos de fazer como enuncia Certeau (2014) astutamente combinando assim saberes que vão se confrontando e exigindo destes, estratégias para o enfrentamento de problemas socialmente posto na sociedade, como é o caso do fenômeno da violência. Portanto apresentam como identifica Certeau (2014, p.41) “Essas “maneiras de fazer” constitui as mil práticas pelas quais se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural”. Em suas águas até então este fenômeno não havia sido observado

Ainda faz-se perceber as astúcias do viver ribeirinho e os deslocamentos necessários para esse cotidiano ser vivido, onde fazendo “combinatórias de operações” driblar este novo

contato com a cruel realidade que no urbano já é tão recorrente. Com estratégias que são definidas por Certeau como:

O cálculo (ou a manipulação) das relações de força [...] Lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos e ameaças. (2014, p. 94)

Esse deslocamento ilha/cidade, esse ir e vir diário, das águas para o asfalto traz uma maresia de questões que se apresentam em desarmonias e harmonias. O pensar, refletir, analisar o cotidiano ribeirinho se torna mais fluído com as palavras de Geertz sobre a reconfiguração do pensamento social:

O fato de que as ciências sociais estão recorrendo às humanidades na busca de suas analogias explicativas é, ao mesmo tempo, evidencia da desestabilização dos gêneros e de que agora chegou a vez da interpretação. O resultado mais visível deste processo é de que os estudos sociais estão adotando um novo estilo de discurso. Os instrumentos de raciocínio estão se modificando. Representa-se a sociedade cada vez menos como uma máquina complicada ou como um quase organismo e, cada vez mais, como um jogo sério, um drama de rua, ou um texto sobre comportamento. (2014, p. 28).

Com isso se torna relevante ampliar a lente que percorre nesta pesquisa a cultura vivida dos ribeirinhos das ilhas visitadas, como alerta ainda Geertz (2014, p. 29): “manter o raciocínio cauto e, portanto útil, e portanto verdadeiro”, com um olhar peculiar, diferenciado, que precisa estar atento às redes de sociabilidades criadas entre os moradores das margens dos rios, particularidades insulares, no sentido de não se colocar a perder o que emana de diferencial da realidade dos povos das águas e suas implicações com o asfalto urbano.

2.6 O LOCAL DA CULTURA VIVIDA

Onde se escuta essa cultura vivida do ribeirinho? Olhando o dia a dia das famílias das ilhas pesquisadas, percebendo seu cotidiano de trabalho e a interação com a natureza, isso nos dá a resposta para a pergunta inicial. É no cotidiano que vai se ondulando esta cultura. A cultura vivida dos ribeirinhos vem do seu cotidiano e a interação com a natureza, reflito isso a partir de Eagleton (2011, p.12) que apresenta, inicialmente em “*A ideia de cultura*”, de que a derivação que liga intrinsecamente os termos cultura e natureza “se a natureza é sempre de alguma forma cultural, então as culturas são construídas com base no incessante tráfego que chamamos de trabalho”.

Fotografia 17 barcos no igarapé indo para venda de seus produtos



Fonte: Fotografia da Autora

Referencia-se aqui a cotidianidade como cultura e Willians (2000 p, 10-11) aponta que “até ênfases mais modernas em uma “cultura vivida” determinada primordialmente por outros processos sociais, hoje designados de maneiras diversas”. Faz um percurso histórico de conceituação e complexidade do termo cultura apontando para como este processo sendo identificado como cultivo a natureza, como cultivo a mente humana chegando aos modos de vida e identificando a dificuldade de vermos um tipo de cultura.

Mapeando este cotidiano, vemos o trabalho para o sustento das famílias todo vinculado a natureza, assim como a alimentação, a moradia, e nesta “rotina cultural” vai sendo estabelecida a cultura vivida dos ribeirinhos, nas águas e pelas águas. Se nos remetemos ao entendimento de cultura como hábito o ribeirinho tem seu cotidiano cultural produzido no seu dia a dia, quando sabem as marés que virão conforme a lua que se apresenta, a melhor posição do vento para sair nos barcos, o período de determinados peixes, frutas, entre outros hábitos dessa rotina cultural.

É a partir dessa cotidianidade de necessidades, desejos e vontades que a Unidade Pedagógica do Jamaci se implanta como um anexo da Escola Bosque Eidorfe Moreira a partir de 1997, anteriormente a comunidade construiu em regime de mutirão, em terreno cedido por moradores do igarapé, uma sala de aula para as crianças. A comunidade organizada também pagava uma professora moradora da Ilha de Cotijuba para vir dar as aulas.

Por conta da construção da UP Jamaci, a escolarização se efetiva de uma forma institucionalizada, mas um frágil letramento social é articulado pela escola e reconhecido pelos moradores; pois para estes, a escola continua ser o lugar de aprender disciplinas. Essa compreensão é percebida por Paixão:

[...] de um lado, a racionalidade que demarca as disciplinas escolares originárias de autores e obras, e, de outro lado, os saberes das vivências, ricos de simbologia, pintados em forma de alegorias – lados que, em alguns momentos, travam relações e, em outros, entram em conflito, desnudando as contradições da prática pedagógica em sala de aula, ou nos demais espaços da escola. (2012, p. 12).

É notório o reconhecimento e a importância que esta comunidade dão ao lugar da escola no seu cotidiano. R.N. (58a) explica como foi sua vivência quando criança na escola e a importância dela para seus filhos agora:

Desde pequeno nunca achei necessidade de estudo, já que o que eu fazia num carecia muito conhecimento. A gente mal sabia escrever o nome e já estava bom. Os pais da gente só mandavam nós pra escola pra saber escrever o nome, depois num carecia mais, voltava pro açaiçal. Agora não, eu mando os meus meninos pra escola desde cedo.

Após vinte anos da construção da escola nesta comunidade, toda organização dos moradores em prol dessa implantação se traduziu em um letramento social? O letramento social é coadjuvante ferramenta para o letramento escolar? Ou a escola trouxe para seu interior somente o letramento escolar? Qual o valor cultural (capital simbólico nos conceitos de Bourdieu⁵) da implantação da escola para o cotidiano dos ribeirinhos? Questões que se pretende refletir posteriormente com os profissionais da educação que estão na UP Jamaci para uma maior compreensão dessa realidade e nas rodas de conversa com os moradores.

Isso pode ser remetido para o que Eagleton faz de cultura e natureza:

Os seres humanos não são meros produtos de seus ambientes, mas também pouco são esses ambientes pura argila para automoldagem arbitrária daqueles. Se a cultura transfigura a natureza, esse é um projeto para qual a natureza coloca limites rigorosos. A própria palavra “cultura” compreende uma tensão entre fazer e ser feito [...]. (2011, p. 14).

Ainda que o dia a dia seja vivido como um cotidiano repetitivo, isto é construto cultural, como ressalta Paixão (2015, p. 530): “a cultura vivida, cultura com experiência vivida é composta por ações e expressões que retratam/refratam o acúmulo de saberes/conhecimentos dos sujeitos que derivam de leituras do campo empírico, bens simbólicos que são achados nas experiências cotidianas”, cultura que altera seu cotidiano e é alterada por ele.

⁵ Termo visto em BOURDIEU, Pierre Felix. O poder simbólico. RJ: Bertrand Brasil. 1992.

Fotografia 18 Pescadores preparando os matapis



7

Fonte: Fotografia da Autora

3 ETNOGRAFIA DAS ÁGUAS: A GEOGRAFIA DOS LUGARES, UMA GRAMÁTICA DOS FALARES E UMA OUSADIA DE ANÁLISE DE ONDE VÊM OS SABERES

3.1 ILHA DE PAQUETÁ

Fotografia 19– Ilha de Paquetá/Igarapé do Jamaci.



Fonte: Fotografia da Autora.

Mais uma memória remetida à infância atravessa minhas ondulações por esta ilha, sendo a primeira a ser conhecida, ainda na Especialização, tenho a referência quando adolescente do romance *A Moreninha*, e também nesse clássico romance de Joaquim Manoel de Macedo, onde a Ilha de Paquetá era o pano de fundo, tinha-se a visão de um paraíso, pois os jovens estudantes urbanos iam para lá passar as festividades, os fins de semana e se encantavam com o lugar. Assim, acho-me encantada também.

Paquetá é uma das ilhas que abrange a pesquisa e é a mais próxima de Cotijuba⁶, porém, a mais distante de Belém. Esse distanciamento parece que dá a ela a sensação de um lugar isolado, aonde a tensão do cotidiano não chega, impressão que se desfaz quando adentramos seu cotidiano. É nesta ilha que está instalada a Unidade Pedagógica do Jamaci, no Igarapé do Jamaci, um anexo da Fundação Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira, tirando o isolamento, trazendo o continente ao ribeirão.

⁶ Nesta ilha se encontram instalados aparelhos públicos, tais como: escolas, posto de saúde, posto policial, comércio, energia elétrica, água encanada e torneira pública que abastece as demais ilhas dos arredores.

A Ilha de Paquetá é composta por três igarapés: o Igarapé do Jamaci, onde residem 23 famílias com cerca de 92 pessoas; o Igarapé do Cacau, com 9 famílias com aproximadamente de 36 pessoas habitando; e o Igarapé do Feitosa, com 4 famílias, por volta de 20 pessoas. São quase 150 pessoas que residem na Ilha de Paquetá.

Em Paquetá, não há energia elétrica, água encanada, nem atendimento do Programa Saúde da Família. Os moradores da ilha se organizam nas embarcações familiares para de dois em dois dias irem à Ilha de Cotijuba, cerca de 20 minutos de lá para em grandes tonéis e baldes pegarem água em uma torneira pública que abastece as demais ilhas do em torno. Esta água é usada somente para cozinhar e beber, os demais afazeres (banho, lavagem de roupa, lavar a casa) são feitos com a água do igarapé. Essa é uma das dificuldades mais relatadas pelos moradores, quanto a ser o grande problema da ilha.

Fotografia 20 – Barcos se agrupando para irem coletar água



Fonte: Fotografia da Autora.

Seu R.N (58 a) relata essa dificuldade:

“quando é o dia de ir pegar água a gente sai pra pescar vai vender as mercadorias e vai direto pra Cotijuba, nós passa lá quase o resto todo da manhã, porque a fila é grande e a gente vai arrumando barco por barco até todos tarem pronto pra voltar. Dai se perde o dia, porque a tarde só dá pra ir botar o matapi”.

Um grande descaso dos órgãos públicos que não oferecem este vital serviço de abastecimento de água para esta população e os fazem penar nessa grande dificuldade, pois os

gastos com combustível para o barco, tempo retirado do trabalho de plantação e demais afazeres

Fotografia 21 – barco indo buscar água em Cotijuba.



Fonte: Fotografia da Autora.

Quanto à energia elétrica, todos os moradores de Paquetá têm geradores, os que não têm compartilham com seus vizinhos ou parentes e dividem o óleo. Liga-se o gerador todos os dias das 18h às 22h. O custo com esse tipo de solução dada pelos moradores é alto, gastam em média R\$ 8,00 por dia, chegando há R\$ 240,0 mês. É a faixa de gasto por mês de uma família (com geladeira, televisão, ventilador), na área urbana com energia para o dia todo. Esta é outra dificuldade relatada pelos moradores que a ilha enfrenta.

Um fenômeno social que não se tinha notícia e que agora começa a ficar frequente diz respeito aos assaltos aos barcos, chamados pelos ribeirinhos de “piratas”. Estes piratas ficam na baía na madrugada esperando os pescadores e agricultores com suas produções diárias para assaltá-los, levando toda produção, os pertences dos tripulantes e muitas vezes o motor dos barcos. sra. R.M (49 a) nasceu na Ilha de Paquetá e relata como isso tem alterado o cotidiano dos moradores, pois o horário da saída para a pesca e o escoamento da produção diária está muito perigoso:

Está muito perigoso muitos já foram assaltados e o horário da madrugada é o que mais eles assaltam, meu marido e filho foram assaltados levaram até a roupa do corpo, dinheiro, motor, isso não tinha pra cá, agora ou vai vender as coisas em Icoaraci mais tarde ou a gente tem que enfrentar o risco.

Porém, como dizem os poetas paraenses Paulo e Rui Barata “este rio é minha rua, minha e tua”. É pelo rio que se dá toda a movimentação dos ribeirinhos, é por meio dele que

são transitadas as idas e vindas, familiares, estudantis, profissionais, é o asfalto rural, ribeirinho. E os pescadores e os agricultores estão procurando superar esse obstáculo, fenômeno da violência urbana vindo como uma maresia para os rios, com algumas estratégias de comboios de pescadores, por exemplo. Paixão (2012) ressalta que nesse cotidiano as comunidades vão buscando meios de superação de seus problemas:

[...] se evidencia na cotidianidade, nas particularidades de alguns grupos humanos, que em um determinado ambiente exercitam a existência, encaram os obstáculos e apresentam soluções a uma multiplicidade de problemas à luz da experiência acumulada na convivência com a casa, a rua, a igreja, a vizinhança, a fábrica, o sindicato, a associação do bairro, etc.

Fotografia 22 – Igarapé do Jamaci.



Fonte: Fotografia da Autora.

O Igarapé do Jamaci toma forma de uma avenida durante a semana com a chegada e saída dos alunos da Unidade Pedagógica devido ao tráfego intenso dos barcos escolares, dos barcos de pais de alunos desde as primeiras horas dos dias até às 17h, quando acabam as aulas do dia e é nesse grande fluxo que o asfalto ribeirinho, as águas, se relacionam com o cotidiano da escola e o cotidiano dessa ilha.

A escola representa um acesso de políticas públicas instaladas nesta Ilha, desde 1995 as aulas aconteciam em um barracão construído em regime de mutirão pelos moradores, pois sentiram a necessidade de que seus filhos estudassem. Além da construção, contribuía com uma taxa mensal para que fosse mantida a escola e pago o salário de uma professora que vinha da Ilha de Cotijuba dar aula as crianças da Ilha de Paquetá, até então não vinham crianças de outras ilhas estudarem no Jamaci.

Em 1997, a Gestão Municipal através da Secretaria de Educação com a chamada, Escola Cabana, entrou em parceria com a comunidade e construiu a Unidade Pedagógica do Jamaci, em um terreno doado pelo casal de moradores da ilha Sr. R.N (58 a) e sra L.N (56 a)

Com a responsabilidade da Unidade assumida pelo o poder público, alunos de outras ilhas vieram, assim como professoras da rede municipal, modificado o cotidiano escolar e aumentando o fluxo de idas e vindas em Paquetá, dando acesso e oportunidade, inclusão.

É na Ilha de Paquetá que encontro R.N.(58a), meu condutor nessa maravilhosa jornada pelas águas e sua família, percebo o sentimento da importância da escola nessa ilha. Esta família vivencia o cotidiano da escola desde a cedência por ele e sua esposa do primeiro barracão onde funcionou a escola, até hoje quando R.N. (58 a), além de pescador e agricultor, é também um dos barqueiros que conduz as crianças, de suas casas para a escola e da escola para suas casas, rotina essa de muitas histórias (conto-as depois) e também seu filho M.N (29 anos) que trabalha como vigia da escola. Uma família que instituiu como de fundamental importância para suas crianças uma escola no Igarapé do Jamaci. Uma família cuidadora da escola, o pai que conduz e o filho que guarda.

Frequentar uma escola para os ribeirinhos sempre foi uma realidade de muitas barreiras e dificuldades. Até pouco tempo, o conhecimento e o saber eram para poucos, eram para as famílias ricas. As famílias ribeirinhas por desenvolverem uma atividade profissional baseada no extrativismo vegetal (colheita do açaí e palmito) e extrativismo animal (pesca de camarão e peixes) não viam necessidade de ir para a escola, pois o seu trabalho não lhe exigia uma educação mais sólida, era necessário somente o conhecimento da sua realidade e da natureza ao seu redor, como relata seu R.N (58 a).

Desde pequeno nunca achei necessidade de estudo, já que o que eu fazia num carecia muito conhecimento. A gente mal sabia escrever o nome e já estava bom. Os pais da gente só mandava nós pra escola pra saber escrever o nome, depois daí num carecia mais, voltava pro açaizal. Agora não, eu mando os meus meninos pra escola desde cedo.

Seu R.N (58 a) nasceu em Barcarena, na Ilha das Onças, ainda criança foi morar em outras ilhas: Arapiranga, Jutuba e somente aos 14 anos foi morar na Ilha de Paquetá já com terreno próprio da família, começou a trabalhar cedo e não estudava, frequentou somente por dois anos a escola: “Aprendi a arrANHAR o nome, ler corrido não sei”.

Todos seus filhos nasceram na ilha e estudaram na Unidade Pedagógica do Jamaci, sua esposa chegou a frequentar a EJA quando funcionou lá. Seu Ronaldo reforça a importância da escola, primeiro com o sentimento de necessidade desta para os filhos e depois pela

necessidade de se ter atendimento de serviços públicos na ilha, pois antes havia o Programa Saúde da Família, com um médico que ia uma vez ao mês atender aos moradores, mas atualmente este serviço foi extinto.

Este serviço atualmente funciona somente na Ilha de Cotijuba e as ilhas em volta são atendidas somente as terças e quintas. Sra. L.N (56 a), esposa de sr R.N.(58a), recorda: “minha filha chegou a ser agente de saúde e trazia remédio para quem estava doente aqui, agora estamos abandonados, a gente não adoce só nas terças e quintas”.

Escutar o relato de uma moradora mais jovem nascida na Ilha de Paquetá no Igarapé do Jamaci traz a reflexão de como era o percurso dos alunos da ilha quando não havia escola. R.T (35 anos) relembra que estudou na E. E. E. F. M. Avertano Rocha, em Icoaraci, saía de casa às 7h da manhã e só retornava às 21h. Almoçava na escola, porém os alunos que residiam em Icoaraci reclamavam por que não havia almoço para eles também: “sabe como é esses meninos da cidade, faziam o maior barraco”.

Essa rotina diferenciada dos alunos das ilhas passou a ser um problema para a escola administrar e que por não considerar relevante a realidade destes, aboliu o almoço e passou a servir merenda igual a todos os alunos. Após dois anos, isso acarretou a desistência da metade da turma, que sem condições de levarem almoço, pararam de estudar.

O traslado árduo é uma realidade para os alunos das Ilhas Longa e Nova, pois os alunos saem às 6h de suas casas para pegarem os barcos escolares e o trajeto até a UP Jamaci leva cerca de 2h. Na Ilha Nova até 2013, havia um anexo que atendia as crianças desta ilha, porém este foi desativado para o conserto do trapiche e não foi mais ativado desde então.

Fotografia 23 – Alunos no barco escolar



Fonte: Fotografia da Autora.

Fotografia 24 – Barco escolar



Fonte: Fotografia da Autora.

A ilha de Paquetá, tal qual o romance de Joaquim Manoel de Macedo, tem calma e tranquilidade, apesar das dificuldades enfrentadas, as suas casas estão sempre de janelas e portas abertas arejando o ambiente, os pensamentos e as relações. Prenúncios de medo só quando se fala na Matinta Perera, mas essa já é outra história, para ser contada pelas crianças que contam, não com medo, mas com grande entusiasmo e riqueza de detalhes. Os adultos falam agora da pirataria nos rios, fatos esse que saberemos adiante.

3.2 ILHA LONGA

Fotografia 25 – Frente da Ilha Longa.



Fonte: Fotografia da Autora.

A Ilha Longa está habitada a mais ou menos 150 anos, tendo sido ocupada por quatro famílias que de geração em geração foram povoando-a: Os Medeiros, os Ferreiras, os Magalhães e os Araújo. Sra S.F (46 anos), da família Ferreira, nasceu na Ilha Longa e relembra que seu bisavô faleceu aos 114 anos, seu avô com 109 anos e esta era a média de vida dos antigos fundadores da ilha, como ela diz: “todos morriam de velhice, porque nem havia doença nessa época, pois só comiam peixe fresco e frutas colhidas do pé das árvores, tempo bom”.

Os moradores vivem na sua totalidade da pesca, antigamente pescavam com Bolacheira⁷ ou com Reboque⁸ e ficavam grandes temporadas no mar devido às embarcações se movimentarem conforme as marés e os ventos, porém agora com o motor, D. Sonia relata que esse tempo diminuiu e os pescadores já conseguem sair de madrugada e até o amanhecer já terem uma quantidade de peixe para vender em Icoaraci.

O açai é outra atividade laboral dos moradores da Ilha Longa, no verão as famílias sobrevivem do plantio do açai que revendem em Icoaraci. Tem uma renda média de um salário mínimo e os idosos estão aposentados pela Colônia de pescadores em que são associados. Atualmente, são 20 famílias residindo na ilha com em torno de 80 pessoas, na sua maioria de jovens e idosos.

Os moradores foram beneficiados há 25 anos com um projeto do INCRA que construiu algumas casas e banheiros ecológicos através da Cáritas Brasileira, organismo da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil/CNBB e caixas d’água, mas este projeto pela falta de energia elétrica na ilha não teve o êxito esperado.

A ilha fica distante da Ilha de Paquetá aproximadamente uma hora é mais próxima de Icoaraci, tanto que as famílias recebem o sinal da telefonia celular de diversas operadoras. As famílias recebem também o sinal nítido dos canais de televisão das empresas de comunicação que atendem Belém, deixando a comunicação mais facilitada.

A Ilha Longa tem um histórico de reivindicações, há 16 anos alguns moradores se organizaram em comissão e foram à Prefeitura de Barcarena reivindicar uma escola para ilha, pois as crianças iam estudar na Ilha das Onças, o que acarretava muita preocupação para os familiares pela distância desta ilha. Por ser o município que eles tinham mais referência, foram solicitar deste município. Porém, a ilha é administrativamente do município de Belém,

⁷ Tipo de embarcação de pesca com duas velas grandes e uma bujarrona, esta era a vela principal de formato triangular sendo colocada no mastro central e com o vento infla e impulsionando a embarcação.

⁸ Tipo de embarcação com somente uma vela grande.

mas a reivindicação foi aceita e a gestão da época implantou um barracão onde começou a funcionar a escola.

A Prefeitura de Barcarena contratou os próprios moradores da ilha para trabalharem na escola, professora, merendeira, serviços gerais dando toda estrutura necessária. A escola era uma grande conquista para os moradores que se sentiam fortalecidos e estimulados a buscar mais melhorias para ilha.

Assim, fizeram através de abaixo assinado mais uma reivindicação para terem um barco escolar que transportassem alunos de outras ilhas para serem atendidos na Ilha Longa, o que foi aceito, ampliando a jornada da escola que passou a funcionar nos dois turnos. Sra. S.F (46 a) foi uma das professoras da escola e reforça o sentimento de pertença que a comunidade tinha pela ilha se organizando sempre para fazer a manutenção da escola com pequenos reparos, pintura e vigilância para segurança da escola.

Já em 2011, a Prefeitura de Barcarena decidiu não mais incorporar a escola no seu quadro municipal de atendimento e desfez o convênio com a Associação de moradores⁹. A associação tomou providências imediatas para que a escola não parasse e recorreu à prefeitura de Belém, através da Secretaria Municipal de Educação/SEMEC, sendo atendida. A SEMEC incorporou a escola no seu quadro de anexos e absorveu toda a equipe que trabalhava nela para o seu quadro de pessoal. Passando a ser uma Unidade Pedagógica vinculada à Fundação Escola Bosque Eidorfe Moreira.

Em 2014, a escola teve seu trapiche quebrado e com a justificativa de que não poderia ser consertado na época, a escola foi desativada e os alunos transferidos para a UP Jamaci, que absorveu os alunos das ilhas vizinhas de Urubuoca e Ilha Nova. Este fato é relatado pelos moradores com muito entristecimento, pois houve um índice de evasão de alunos considerável, visto que a distância da Ilha de Paquetá para a Ilha Longa é de 1 h e os alunos se sentiram desestimulados.

É na ilha Longa que reside a sra V.M.P.(68 a), esposa do Sr. R.A.P (69 a), a junção das famílias fundadoras da ilha. Sra. V.M.P (68 a), foi servente da escola desativada e relembra o acontecimento que gerou a motivação dos moradores irem buscar uma escola para ilha Longa:

Num dia de maré alta meus filhos e dos outros moradores saíram muito cedo para escola na Ilha das Onças, todos de barco a remo e como jogava muito dois barcos, um deles com meus filhos alagou e os alunos perderam toda

⁹ Associação de moradores das Ilhas Nova, Urubuoca, Longa e Jararaca criada em 2000.

material escola, a partir daí fizemos tudo pra ter escola aqui para segurança de nossos filhos.

Todos os seus filhos nasceram na ilha, seu filho mais velho se formou professor e ainda deu aula na escola desativada, dava aula para adultos e ela foi sua aluna, foi com o filho que aprendeu a ler e a escrever, ela fala isso com orgulho e brilho intenso nos olhos. Sra. V.M.P (68 a) atende muitas pessoas em sua casa, as quais vêm em busca de cura de diversos males e doenças, pois é uma curandeira muito referendada nos arredores e demais ilhas, ela trabalha com ervas, plantas medicinais, rezas e benzimento.

Sra. V.M.P (68 a), em uma de nossas conversas, enquanto eu esperava a chuva passar para pegar novamente o barco de volta para Icoaraci, lembra-se de ensinamentos de seu pai que são verdadeiras poesias sobre como a vida é difícil e como as orientações dos mais velhos e sábios precisam de atenção, fala da convivência, seu pai dizia: “Nossa vida é uma estrada se não souber viver fica no meio do caminho” e de como a família precisa estar unida: “O caminho bom é estreito, o caminho largo é da perdição”, “por isso temos que estar colocando nossos filhos no colo mantendo eles sempre pertinho de nós”, diz ela agora.

O sentimento dos moradores da Ilha Longa é o de abandono e descaso do poder Público quanto as suas necessidades. A desativação da escola foi uma atitude que desgostou muito a todos na ilha e, segundo Sra. V.M.P (68 a), isto fez com que crianças evadissem da UP Jamaci, pois o sacrifício da distância no traslado é desanimador.

Desanimados também estão os antigos moradores que reivindicaram a escola, buscaram projetos para a ilha e agora veem todos desativados, é como se as motivações para essa busca estivessem em uma maré baixa, com o descrédito do poder público municipal, assim como o nome da ilha, longa é a espera por uma atenção maior para eles.

3.3 ILHA NOVA

Fotografia 26 – Frente da Ilha Nova.



Fonte: Fotografia da Autora.

Esta é a ilha mais próxima de Icoaraci, com 30 minutos estamos chegando nela bem de frente para a cidade, a urbanidade de Icoaraci expande o sinal do celular, o sinal dos canais de televisão, onde suas 22 famílias utilizam sem precisarem de antenas sofisticadas e o traslado para Icoaraci só fica mais difícil nos horários de maresia e nas chuvas fortes.

A Ilha Nova, apesar do nome, tem quase 200 anos é nela que encontramos sr W.R (81 a) um dos mais antigos moradores, seus bisavós foram os primeiros habitantes da ilha, e sr W.R (81 a), apesar de nascer em Belém, veio logo criança morar junto com os demais familiares na Ilha Nova, pois o pai ficou desempregado e veio ser pescador, foi com seu pai nesta ilha que também aprendeu a ler junto com mais 4 irmãos.

Seu W.R (81 a) apesar da idade ainda cuida de seu terreno, roçando os pés de açazeiro e algumas vezes ainda sai para pescar, todos seus filhos são pescadores e vivem do plantio e venda do açaí. Relembra que os tempos atrás eram vividos com muita dificuldade, pois as embarcações eram a vela e passavam muitos dias em alto mar para conseguir o pescado, apesar de terem bastante peixe na época hoje se torna mais fácil, mesmo com a escassez dos peixes, pois os barcos são a motor, facilitando muito.

A comunidade da Ilha Nova tem a festividade de São Francisco das Ilhas que se comemora durante a festividade do Natal e sr W.R (81 a) é um dos organizadores, juntamente com suas filhas. No dia 24 de dezembro, pela manhã, fazem um Círio Fluvial circundando diversas ilhas com destino à Cotijuba, realizam uma missa ao ar livre e retornam para suas casas onde celebram o Natal. Esta festividade é toda custeada pela comunidade.

As mulheres da Ilha Nova executam um trabalho artesanal de fabricar o Matapi (que pega o camarão) e o Mundurú (pega o Pitú¹⁰), este produto é oferecido nas diversas ilhas gerando renda para as mesmas. Sra A. R (59 anos) nasceu na ilha Nova é filha de sr W.R (81 a) e junto com a irmã colhe na mata a matéria-prima e confecciona os produtos, mesmo já aposentada desenvolve esta atividade e diz que tem um bom lucro, pois os moradores das ilhas do entorno são, em sua maioria, pescadores e precisam desse produto para seu trabalho.

Mesmo sendo esta a Ilha mais próxima de Icoaraci, ela também não é atendida com água encanada, nem luz elétrica, nem tampouco outros serviços na área da Saúde ou da Assistência Social, tendo os mesmos procedimentos das ilhas anteriormente mencionadas, tais como: buscar água em Cotijuba, são atendidos na Unidade de Saúde de Cotijuba e suas crianças estudam na UP Jamaci.

¹⁰ Camarão de quase 50 cm e cerca de 300 gramas em média, maior camarão das águas doces.

Na Ilha Nova, encontramos seu I.R (63 a), irmão de sr W.R (81 a), nascido na Ilha Nova, ele vive com sua companheira e seus 5 filhos, já está aposentado como pescador, mas ainda planta e vende açaí. Seu I.R (63 a) avalia que a vida antes era de muito sacrifício: “Era tudo muito sacrificado, mas era mais farto. Saia à uma da manhã para o Ver-o-Peso a remo, levava de 2 a 3 horas de viagem”. Agora, as novas embarcações facilitaram, mas elas poluem as águas e assustam, afastam muitos peixes, algumas espécies de peixes que pescavam antes não se veem mais nos rios. Disse ainda: “mesmo assim com embarcação mais moderna, nós tem que trabalhar sempre com a maré certa, espera o tempo dela, o vento fica a favor, tudo isso é a natureza que ensina e a gente tem que esperar”.

Seu I.R (63 a) em sua casa tem uma experiência muito peculiar de colheita de água, pois se recusa a ir até Cotijuba como os demais moradores para pegar água. Fez uma biqueira em sua casa, ele apara a água da chuva, coa e coloca hipoclorito e usa para o consumo da família. Esta técnica usada por seu I.R (63 a) fica prejudicada no verão e ele opta por comprar água mineral, achando muito ruim o que passam os demais moradores, avalia que moram de frente para “o continente” e tem o direito igual aos demais moradores à água encanada.

Fotografia 27 – Coleta da água da chuva



Fonte: Fotografia da Autora.

3.4 SÁBIOS SENHORES (AS) DO LUGAR

De volta ao Jamaci para o início do trabalho de campo, contatei seu R.N (58 a), já tantas vezes mencionado aqui e mais adiante também. Velho conhecido das andanças nessas

águas. Não pensei em outra pessoa para me conduzir e confiava nas suas indicações e condução nesse novo percurso.

Deixar Belém em pleno furor do carnaval de 2017, confesso foi desafiador, mas valeu a pena, pois a força das águas trouxe um furor maior ainda, o da descoberta.

Cheguei ao trapiche de Icoaraci bem cedo, às 7h, e seu R.N (58 a), como de costume já está findando suas vendas. Engatamos uma conversa animada sobre as férias da escola e o tempo a mais que ele tinha para tirar palmito, já que não era tempo de açaí. Ele, assim como as águas, nunca para.

Ao explicar meus objetivos nesse novo percurso, seu R.N (58 a) com muito entusiasmo me disse “Ah, mais tem muita gente boa pra essas conversas, gente das antigas, vão ter muitas histórias pra contar”. Nisso ele também era conhecedor, das pessoas e das ilhas, e como bom pescador jogou sua rede nos lugares certos.

Na Ilha de Paquetá, fixei meu navegar no Igarapé do Jamaci por estar nele situada a Unidade Pedagógica e ser onde mora seu Ronaldo R.N (58 a), em sua casa fazia meu pouso após cada dia de viagem em campo.

Neste Igarapé, conheceria também sra. N.T (65 a), sra. L.N (56 a) e as jovens R.B (35 a) e A.Q (28 anos), além de R.T (49 anos), mulheres com a força das águas, leves, fortes e cheias de encanto, trazendo junto com elas seus esposos, que curiosamente ficavam mais ouvindo as conversas e histórias do que as contando, como que “mundiadas” por elas.

Na Ilha Longa, tenho a satisfação de conhecer S.F (46a), grande líder comunitária desta ilha, que batalhou muito para implantação da escola e de projetos que viessem melhorar a qualidade de vida dos moradores, me contou suas histórias com a indignação de uma líder, a força de uma guerreira e a determinação de uma maré lançante que chega ao limite de secar para vir com toda força encher novamente.

É também na Ilha Longa que conheço V.M.P, que ao fim do nosso primeiro encontro me disse: “quero que daqui pra frente me chame de Vavá, é assim que os conhecidos me chamam”. D. V.M.P, para os íntimos (que passei a ser), é uma curandeira conhecida em toda região, vindo gente até de outros municípios como: Acará, Barcarena buscar seus conhecimentos, seus remédios e seus sábios conselhos. No início, me mostrou somente seu altar de Santos, mais pra frente levantou os panos e mostrou-me seu congarr com as entidades das matas, caboclos e encantados que traz no trabalho na linha de umbanda.

Meus encontros na Ilha Nova são com familiares de seu W.R (81a) que veio pequeno com seu pai para esta ilha e quase praticamente povoou toda ela. Por estar em frente a Icoaraci, os sinais de celular e televisão são bem melhores do que as demais ilhas. Nela

conheço A.N (59 anos) que juntamente com outras 4 mulheres desta ilha fabricam além do conhecido Matapi (pesca camarão) fabricam também o Mundurú (pesca o pitú) para ampliar a renda. Encontros que mais parecem ritualísticas sagradas, em que as mulheres se concentram e em movimentos harmoniosos e ágeis constroem verdadeiras obras de arte.

Também na Ilha Nova encontro seu I.R (63 a), aposentado que ainda planta e vende o açaí, pesca e tem uma técnica inovadora de coletar a água da chuva em uma biqueira para o consumo diário. Seu I.R (63 a) conta que aprendeu a trabalhar na pesca com o pai e o irmão mais velho (seu W.R) e lembra que “tinha que trabalhar com a maré certa e o remo certo” e diz que antes ouvia muito o grito da Matinta Perera: “escutava até em Icoaraci quando ia praquelas bandas, agora quase num se escuta mais”.

3.5 AS CRIANÇAS QUE ENCHARCARAM DE LEVEZA O CAMINHO

A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria.
(Paulo Freire)

Fotografia 28 – Crianças do Igarapé do Jamaci



Fonte: Fotografia da Autora.

Concomitante as entrevista aos adultos, foram os momentos de ver e ouvir as crianças. Como havia realizado o acompanhamento através da observação participante de turma do

Ciclo I com alunos de 6 a 7 anos do turno da manhã na UP Jamaci ainda na Especialização, fui ouvi-las agora no seu cotidiano doméstico.

As crianças ouvidas foram escolhidas aleatoriamente por serem alunos da UP Jamaci e por morarem nas casas dos moradores mais antigos das ilhas que fui pesquisar, essa aleatoriedade me deu a ideia do todo da escola não somente de um determinado ciclo, pois as crianças eram dos Ciclos I, II e Educação Infantil. Tendo sido neste momento entrevistadas 6 crianças, sendo 2 de cada ilha pesquisada. Esse olhar infantil dado por elas trouxe os eventos e práticas de letramento deste processo que, como as águas, enche de significado seu dia a dia, em uma estética ondulante.

Os primeiros contatos com as crianças foram através de conversas espontâneas, soltas de temas, escuta do que viessem. E vieram muitas, sobre as lendas locais, sobre o traslado no barco para a ida à escola, sobre o trabalho que fazem em casa. Após vários fins de semana, passei a introduzir os desenhos para compor as contações de história, sendo esta mais uma forma estratégica de dar continuidade ao convívio com as crianças retirando o caráter de entrevista.

O que seria a intenção *a priori* de realizar uma oficina de contação de história na escola tornou-se momentos de interação lúdica com descobertas inúmeras de toda a ordem, em cada casa, em cada ilha percorrida que talvez, com elas todas juntas, eu não conseguisse absorver.

Percebo que nesta convivência com elas a leveza toma conta, mas vem acompanhada de uma maturidade que é adquirida nesse cotidiano líquido. Todas elas têm habilidades físicas impressionantes, uma destreza que só quem sobe e desce de árvores, sobe e desce de barco, de rabeta, só quem anda nas pontes de tronco de árvore pode ter. Noções de carpintaria, ao apontarem tanto as árvores que podem ser cortadas para fazer barcos quanto talhá-las “para não cortar errado e o barco não buiá direito”, como ensina K.M (7 a). Estas observações quanto a desenvoltura corporal das crianças ribeirinhas são salientadas pela professora Naine:

[...] em escolas urbanas onde trabalhei é preciso muito mais atividades que desenvolvam o equilíbrio nas crianças da educação infantil do que nas escolas ribeirinhas, por conta delas terem no convívio com a natureza estas habilidades muito mais desenvolvidas, além do senso de direção e mira [...]

Fotografia 29– Crianças nas atividades diárias



Fonte: Fotografia da Autora.

Das lendas apontadas por elas, trazem a da casa mal assombrada que fica no final do Igarapé do Jamaci, onde a Matinta Perera com seu grito assustador fez um recém-nascido morrer, como conta M.N (9 a): “até hoje o pessoal escuta o grito da Matinta e o choro da criança, mas só quem passa por lá no boca da noite, eu que num passo”. M.N (9 a) mais a frente ainda nos brindará com mais impressionantes histórias.

Fotografia 30 – Desenhos de M. N (9 a) sobre quando viaja para Cotijuba





Fonte: Fotografia da Autora.

Contaram também a da cobra grande que fica em frente a Ilha Nova que é, como diz M.F (9 a): “ quase do tamanho do céu até Icoaraci, por isso sempre tomo banho no raso” . Nos desenhos, sempre aparecem a floresta, os barcos e o rio.

Fotografia 31 – Desenho de M. F (9 a) sobre a cobra grande entre a cidade e o rio



Fonte: Fotografia da Autora.

A história da casa assombrada não foi só apresentada pelas crianças, escutei falar dela a primeira vez por dona L.N (56 a) e sua filha mais velha, C.R (32 a) numa de nossas

conversas depois de jantar antes da luz apagar. Os adultos falam disso com ar de preocupação, já as crianças contam com ar de temor e entusiasmo. Eu estava na varanda e M.N (11 a) – irmã de M.N (9 a), neta de seu R.N (58 a) e sra.L.N (56 a) (no Jamaci quase todos são parente) – se oferece para contar bem antes de alguém pedir e vai logo dizendo “não é pra depois num querer dormir, hein?”.

Lá no fim do Igarapé (do Jamaci) uma mulher ainda moça tinha acabado de ter o filho dela e de madrugada até manhansinha a Matinta gritou muito esse dia o vento batia forte nas casas. Mas todo mundo tava mundiado que não dava nem pra levantar e ver lá fora o que era, mas todo mundo sabia que era a Matinta ela bateu na casa e a mulher cuidando do neném nem ligou daí ela ficou até de manhã assoviando. Só sei que quando clareou que essa mulher num deu nada pra Matinta e a neném amanheceu doente e de tardinha morreu. A mãe dela foi embora daqui e largou a casa lá abandonada.

Como eu estava registrando as conversas com as crianças também com desenhos das ilustrações de histórias ou das imagens que achavam representativas nas suas ilhas, pedi às meninas que ilustrassem aquela história, M.N (9 a) disse logo: “isso vai chamar é a Matinta pra cá, dá azar” e M.N (11 a) muito enfática disse: “eu não sei pintar morte”. Diante dessas duas posições, também não achei mais uma boa ideia esse registro. No entanto, outros desenhos surgem somente pelo prazer em desenhar.

Fotografia 32 – M. N (9 a) representa o ambiente onde vive



Fonte: Fotografia da Autora.

3.6 UNIDADE PEDAGÓGICA DO JAMACI - UP JAMACI

Fotografia 33 – Unidade Pedagógica do Jamaci



Fonte: Fotografia da Autora.

Chegar a UP Jamaci é sempre um grande deleite ecológico, pois diferente das demais escolas ribeirinhas coordenadas pela Fundação Escola Bosque que ficam na margem do Rio Guamá, esta Unidade Pedagógica fica dentro do Igarapé, fora da rota principal dos barcos. E o caminho é estreito ladeado por uma floresta vasta e com moradias nas duas margens.

A UP Jamaci tem uma organização interna semelhante a escola rural, onde o professor regente atua como o professor central, porém aqui conta com a retaguarda das disciplinas de artes, educação física e uma ida das turmas de ciclo I e II uma vez por mês em Cotijuba para aulas de informática.

Está instalada institucionalmente na Ilha de Paquetá desde 1997, quando a própria comunidade se organizou e foi reivindicar da prefeitura da época que fosse oficializada a escola que existia, toda ela sustentada pela comunidade, desde a cedência do barracão, pagamento de professores e demais despesas. Neste período, eram atendidas somente as crianças desta ilha. A partir deste ano, a comunidade cedeu outro terreno onde a Secretaria Municipal de Educação/SEMEC construiu a UP Jamaci. A partir de 2013, passaram a ser atendidos alunos de outras ilhas.

Quanto à gestão administrativa, a UP Jamaci segue as orientações da Fundação Escola Bosque, sendo todo o trabalho acadêmico administrativo desenvolvido pelos professores

regentes, tais como: matrícula, transferência, acompanhamento da estrutura física da UP, levantamento de material alimentício, pedagógico e combustível dos barcos, frequência dos barqueiros. Este acompanhamento é um fator de grande insatisfação dos professores, apontando não ser papel pedagógico deles, mas de um agente administrativo.

No acompanhamento feito na UP, foi possível observar que a enturmação dos alunos é feita com o turno matutino, atendendo crianças de 5 a 12 anos; e no vespertino crianças e adolescentes de 10 a 16 anos, ainda encontra-se jovens fora da faixa idade/série frequentando por falta de opção de escola e por não atenderem no horário noturno, pois a comunidade do Jamaci não possui luz elétrica.

Atualmente, a UP Jamaci atende 50 alunos, sendo 15 no turno matutino e 25 no vespertino oriundos do próprio igarapé do Jamaci e das Ilha Longa (45 minutos de distância), da Ilha de Urubuoca (30 minutos de distância), Ilha Arapiranga (45 minutos de distância) e Ilha Nova (30 minutos de distância). Conta com um quadro de duas professoras regentes, um professor de artes e um professor de educação física, sendo que estes dão aula somente às terças feiras. Além do quadro de apoio com uma merendeira, um operacional e 3 barqueiros.

O horário das aulas segue certa flexibilidade pela dificuldade do deslocamento dos professores e alunos, pois os alunos que moram nos furos tem um deslocamento muito longo até chegar na “boca do rio”, aonde vêm em botes para pegarem os barcos escolares, que são três e se distribuem pelas 4 ilhas do em torno. Em média saem às 6h de casa até chegarem à escola mais de 8hs da manhã.

Nas escolas urbanas, a merenda escolar é servida em um único horário de manhã e a tarde, porém na UP Jamaci a realidade foi mostrando que deveria ser reforçada a merenda escolar pelo longo trajeto dos alunos no barco. Sra. Z.R (55 a), merendeira da UP Jamaci, nos explica que é dado na chegada da manhã um café com pão e as 10h30 uma refeição. Já os alunos da tarde almoçam na chegada e tomam um lanche as 16h30h próximo da sua saída.

A merendeira leva em consideração os hábitos dos alunos e a sua educação alimentar local, por isso é estimulado momentos de vivência prática, como: os alunos lavarem, descascarem os legumes e terem informações sobre o valor nutritivo destes.

A rotina das atividades diárias em sala de aula não segue uma rigidez, já que o plano pedagógico é feito em conjunto com os demais professores da Rede Municipal sem uma especificidade por estarem em uma escola ribeirinha. A professora N.N (35 a), relata:

Nós é que fazemos as adaptações deste plano, nas nossas HPs (horas pedagógicas), pois ele é igual para todas as escolas da rede, porém aqui no Jamaci não temos como seguir a realidade das escolas da sede e nem das

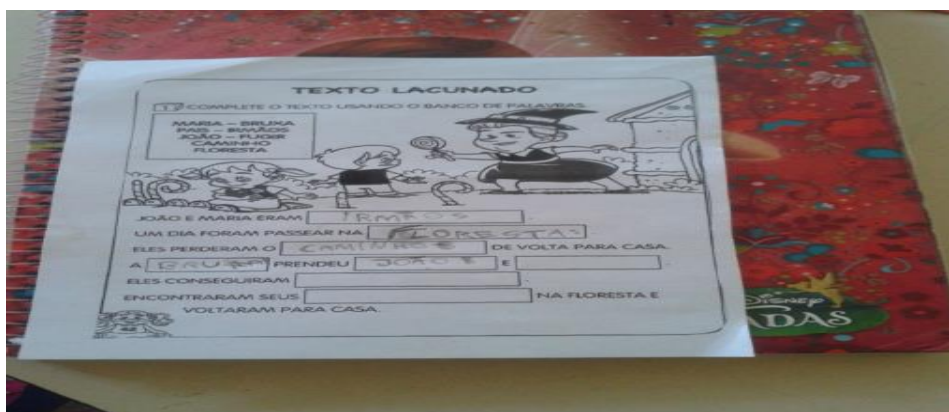
demais. Adaptamos até conforme as marés que quando é a maré lançante não entra barco no igarapé. E isso os alunos já sabem juntamente com os barqueiros e logo nos avisam.

O imaginário das águas não remete somente a alimentação, deslocamento, lazer, mas também as lendas locais contadas pelas crianças, e na escola elas aparecem quando as professoras exploram os gêneros textuais, tais como: fábulas e contos. A professora N.N (35 a) aponta as fábulas como sendo o gênero que os alunos mais gostam e ela explora bastante fazendo relação com a vivência deles.

A professora N.N (35 a) declara que os alunos gostam muito de histórias em quadrinho, porém com o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade certa/PNAIC e as avaliações nacionais, como a Provinha Brasil, as escolas têm algumas leituras obrigatórias para seguir e estas se repetem de ano para ano, tais como: *Menina bonita do laço de fita*, *Camilão*, *o comilão*. Estas leituras têm que ser exploradas e como algumas crianças já conhecem, a professora resolveu por conta própria fazer uma assinatura de revistas em quadrinho e deixar a disposição das crianças para estimulá-las, pois este é um outro gênero textual que os alunos gostam.

Uma das atividades de leitura e escrita observadas na turma do ciclo II foi de contação de história, no caso a de *João e Maria*. A professora já tinha contado a história em outra aula e neste momento estava explorando palavras do texto com uma atividade chamada *texto lacunado*, que consisti colocar o exercício em uma folha impressa para as crianças irem completando as frases com palavras do texto que estavam destacadas na parte esquerda da folha numa caixa de palavras, em seguida reescreviam estas frases nos seus cadernos.

Fotografia 36 – Texto lacunado- atividade desenvolvida para exploração das leituras realizadas



Fonte: Fotografia da Autora.

Relembrando passagens do texto, Solé (1998, p. 35) assinala como “compreensão leitora”, a professora vai formulando perguntas e relembrando passagens do livro, com perguntas de localização de informação, tais como: João e Maria se perderam na ... Floresta (respondem os alunos). Identificando assim o que aprenderam (ou memorizaram). Essa representação que as crianças trazem da história dialoga com o que reflete Solé:

Aprendizado equivale a formar uma representação, um modelo próprio daquilo que se apresenta como objeto de aprendizagem; também implica em poder atribuir significado ao conteúdo em questão, em um processo que leva a uma construção pessoal de algo que existe objetivamente. Esse processo remete à possibilidade de relacionar de uma forma não arbitrária e substantiva, o que se sabe e o que se pretende aprender. (1998, p. 45).

No dia a dia da sala de aula, identificam-se os meandros dessa aprendizagem em movimento que como as marés, vão mudando e apresentando contextos diversos. Trago o comentário ouvido de dois alunos de 6 anos que, entre eles, imaginavam como iriam identificando o caminho caso se perdessem, tal como na história de João e Maria: “E se fosse a gente?”. A conclusão foi tão fantástica quanto a exploração deles do conto: “A gente marcava as árvores, aqui os pedaços de pão iam embora no rio.” As próprias crianças através da oralidade vão fazendo interações e significando o que vão escrevendo e lendo.

Essa abordagem dos alunos dialoga com que traz Soares sobre letramento:

Da mesma forma, a criança que ainda não se alfabetizou, mas que folheia livros finge lê-los, brinca de escrever, ouve histórias que lhe são lidas, está rodeada de material escrito e percebeu seu uso e função, essa criança é ainda “analfabeta”, porque não aprendeu a ler e a escrever, mas já entrou no mundo do letramento, já é de certa forma, letrada. (2010, p.24).

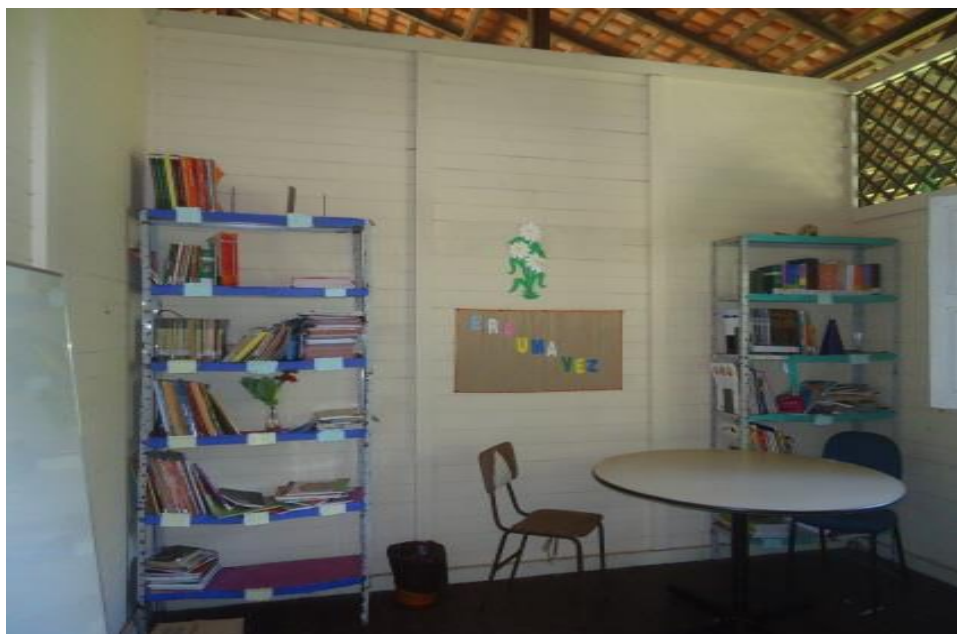
Em um grau de contextualização da sua realidade amazônica, sendo estimulado ou não sendo explorado pela professora, foi sendo problematizado e analisado pelos alunos, é pertinente ressaltar os apontamentos de Soares (2010), quando enfatiza o fato de o indivíduo ir sendo transformado pelo uso da leitura e da escrita, ganhando outra condição de compreensão e raciocínio, como no caso dos alunos exemplificados acima.

Segundo relato da professora Naine, as crianças utilizam a biblioteca da escola uma vez por semana e, conforme planejamento semanal, são atividades dirigidas para algum gênero textual ou para leitura deleite¹¹ no Baú dos sonhos, que é um baú com livros de diversos gêneros. Cabe ressaltar que, referindo-se a leituras feitas por prazer na escola, é

11 O termo “leitura deleite” foi instaurado pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC.

interessante observar que a professora já incorporou esta expressão em seu discurso pedagógico.

Fotografia 37 – Biblioteca



Fonte: Fotografia da Autora.

Fotografia 38 – Baú dos sonhos



Fonte: Fotografia da Autora.

O relato das crianças e a contextualização que estas fazem a partir da sua realidade amazônica com as leituras feitas por elas tanto coletivamente quanto individualmente vão

sendo explorados e analisados por elas com muita intensidade trazendo sempre elementos do seu meio ambiente. Este conhecer do universo líquido por eles e a relação com os textos escolares me remete ao educador Paulo Freire (1982, p. 16) quando de sua alfabetização a sombra de uma mangueira, onde os elementos de sua realidade eram trazidos para sua aprendizagem: “Fui alfabetizado no chão do quintal da minha casa à sombra das mangueiras, com palavras do meu mundo e não do mundo maior dos meus pais. O chão foi meu quadro-negro; gravetos, o meu giz”. O chão das crianças ribeirinhas é o rio.

Fotografia 39– Vista da sala de aula da UP Jamaci



Fonte: Fotografia da Autora.

A professora relata que a cada ano os professores e demais trabalhadores da escola se organizam para fazer o “passeio do ano”, os próprios funcionários fazem uma poupança anual para este evento, já foram feitos passeios ao circo em Icoaraci, ao cinema em um Shopping mais próximo, já alugaram brinquedos e montaram na escola, pula-pula, piscina de bolinha, escorrega bunda. Este é um momento muito aguardado pelos alunos.

Outro relato da Professora aborda que ela tem “muita vontade de mostrar pros alunos que o que tem na ‘cidade’ não é melhor do que há no ambiente de vida deles, são os que moram na cidade que tem que conhecer os costumes dos alunos ribeirinhos”. Numa clara manifestação de reconhecimento de que este contexto ribeirinho não pode estar fora da sala de aula em suas atividades diária.

Em 2014, início a especialização em Práticas de Alfabetização e Letramento, na Universidade Católica de Minas Gerais – PUC/Minas, foco meu olhar para as águas do Igarapé do Jamaci, onde está localizada a Unidade Pedagógica do Jamaci, na ilha de Paquetá. A intencionalidade na época foi investigar e dar visibilidades as práticas e eventos de letramentos desenvolvidos pelas crianças de 6 e 7 anos do ciclo I naquela Unidade.

Na oportunidade, foram observados diversos eventos de letramento na UP Jamaci onde os alunos traziam (e continuam trazendo) do seu mundo líquido para dentro das salas de aula e esta Unidade Pedagógica não tem como fechar os olhos para isso, porque estes alunos falam, andam, atuam com seus corpos cheios de verde, cheios de água, cheios dos cheiros e sons da floresta e se comunicam através desta escola com o urbano, através dos livros, atividades, diálogos com os professores.

Naquele período, a professora trabalhava a partir do planejamento dado pela Secretaria Municipal de educação mensal e generalizado para toda rede, na UP, a professora adaptava todo este planejamento como ela disse “para a realidade daqui do Jamaci”. E o que percebo no retorno para a dissertação é que esta realidade continua.

Fotografia 40 – Sala de aula da UP Jamaci



Fonte: Fotografia da Autora.

Após retomar os primeiros encontros em 2016, concentrei meu trabalho de campo nas Ilhas de Paquetá (Igarapé do Jamaci), na Ilha Longa e Ilha Nova, pois nestas ilhas residiam os alunos da turma que acompanhei na Especialização sendo que agora estavam na turma do ciclo II e agora os acompanharia no seu cotidiano familiar. Mas a escola sempre foi meu ponto de apoio quando minhas ida a campo se davam em dias letivos, utilizando o barco dos

professores para deslocamento ao Jamaci. Quando estava em campo nos fim de semana, meu traslado era realizado com seu R.N (58 a).

Nesse processo, quando trilhava mareas para chegar às ilhas, busquei a Secretaria Municipal de Educação para solicitar autorização quanto à realização da pesquisa, na qual fui orientada acerca dos procedimentos administrativos, os quais levariam muito tempo para uma resposta do acesso as escolas ribeirinhas de sua responsabilidade. Foi quando tomei conhecimento da distribuição de responsabilidades das ilhas pela SEMEC e pela Fundação Escola Bosque Prof.º Eidorfe Moreira/FUNBOSQUE, esta última era a que coordenava a ilha de Paquetá.

Ao navegar em busca dessa autorização, a FUNBOSQUE não só desburocratizou todos os acessos, como também me autorizou fazer o deslocamento diário para ilha no barco que conduz os professores e alunos. Ao retomar o contato com a FUNBOSQUE para a pesquisa do mestrado, esta fundação teve o mesmo posicionamento de apoio.

4 ANÁLISE: O COTIDIANO DAS ENCHENTES DAS MARÉS

Navegar até aqui traz a intenção de refletir sobre a diferença que qualifica acrescentando saberes, pois é isso que se percebe no cotidiano ribeirinho, um viver que acrescenta e, por isso, precisa ser reconhecido e valorizado como um capital simbólico de cultura que se modifica e modifica quem por lá passa, um “quê” de leveza nos toma e faz outro. Como diz sra N.T (65 a) “O cheiro daqui é só de mato e cheiro de igarapé, cheiro puro”, uma diferença que areja o dia a dia e não que sufoca como o monóxido de carbono da urbanidade.

Fotografia 41 Igarapè Jamaci



Fonte: Fotografia da Autora.

Os paradoxos vistos até aqui trazem no discurso dos moradores das ilhas pesquisadas as alterações trazidas pela modernidade: o barco que não é mais a remo agora é a motor trazendo melhorias no deslocamento e poluindo os rios, fazendo sumir alguns tipos de peixes. Isto aparece na fala de seu W.R (81 a), morador da Ilha Nova:

Saia daqui de casa às 2h da manhã a remo pra vender açaí, peixe e camarão no Ver-o-Peso, lá nós ia remando, ia e voltava. No tempo de inverno, porque camarão da mais no inverno a gente saia por de baixo de chuva e voltava por de baixo de chuva. Era sacrificoso [...] Nesse tempo a gente fazia pouco dinheiro, mas trazia mercadoria a vontade pra casa, porque tudo era mais barato. Agora tem peixe que a gente nem pesca mais, sumiram. Trazia um arqueirão de farinha.

A televisão e a geladeira que chegam às casas dos ribeirinhos, mas na Ilha de Paquetá, Ilha Longa e Ilha Nova (esta bem em frente a Icoaraci), não se tem energia elétrica e água encanada. São as contradições, as desigualdades que nos mostram que os ribeirinhos não estão somente à margem dos rios, mas também à margem das políticas públicas, dos direitos

elementares, para cidadania dos cidadãos de direitos. Sr W.R (81 a) comenta essa falta “a falta da televisão eu nem sinto tanto, mas de uma água gelada...” e M.N (9 a) vê de outra forma essa falta “ tem coisas que passam na televisão que tem nos livros da escola, mas fica um pouquinho diferente” o gosto pela leitura e as descobertas que as crianças gostam que as desigualdades não destroem.

Infelizmente, a falta de simetria entre qualidade social e qualidade total nestes lugares evidencia que a modernidade e a barbárie social – no sentido da negação de oportunidade – navegam juntas, levando-os forçosamente a um estado de ausências diante de perspectivas que apontam para o favorecimento de todos acerca do acesso a estas riquezas.

Ademais, podemos dizer que os eventos e práticas de letramento estão evidenciados em cada manifestação das tradições destas comunidades, mesmo com as ausências evidentes. Apresentam-se nas estratégias usadas pelos ribeirinhos que driblam a ausência de direitos, quando os moradores compartilham entre duas ou mais famílias o gerador que é ligado das 18h às 22 h todos os dias, numa viva e mantida tradição comunitária como relata sra L.N (56 a). “Na casa de minha irmã não tem televisão e ela vem pra cá assistir o jornal e as novelas todas os dias, só vai na boca da noite”. Outras famílias tem as mesmas práticas, reúnem-se para ver noticiários, novelas e tecer suas impressões sobre os acontecidos no dia.

Fotografia 42 moradias e moradores da ilha longa



Fonte: Fotografia da Autora.

Apesar das dificuldades encontradas pelas comunidades em ter acesso aos bens públicos, fica evidente que a partilha coletiva, a solidariedade como traços de sua cultura vivida, levam-nos a superarem dificuldades presentes em seu cotidiano. A força da partilha,

da troca e do direito ao uso mesmo na ausência de vida abundante mostra ser possível ensinar as gerações futuras que no reino da escassez pode ser também ensinado como bem viver. Portanto, podemos apostar que uma proposta de letramento que atente para essas situações problematizadoras e desafiantes na vida desses sujeitos podem, sobretudo, mostrar um aprender e ensinar novas e possíveis experiências de vida e de conexões de escolarização.

São evidenciadas manifestações do letramento social quando de dois em dois dias juntam-se para apanhar água na única torneira pública na Ilha de Cotijuba em grandes tonéis e com estes tonéis abastecem suas casas. S.F (46 a) “aqui na ilha Nova a gente junta os que tem barcos maiores para caber os tonéis e os menos trazem os baldes”. A esse respeito, Certeau (2014, p.40) aponta: “à maneira dos povos indígenas os usuários ‘façam uma bricolagem’ com e na economia cultural dominante, usando inúmeras e infinitesimais metamorfoses da lei, segundo seus interesses próprios e suas próprias regras”.

Evidenciam-se os elementos da cultura ribeirinha e seus letramentos das águas quando os moradores se juntam para em grupos de 2 a 3 famílias (que não possuem geladeira) irem à geleira que também fica na Ilha de Cotijuba para comprarem sacas de gelo e conseguirem conservar seus alimentos. Essa ida coletiva também é uma forma de baratear o preço da saca de gelo, já que será comprada em maior quantidade.

E na fala de D.N.T (65 a) aparecem outras estratégias e táticas desse cotidiano líquido: “quando num tem gelo coloca na vasilha o alimento e amarra igual o matapi e deixa resfriar no frio da maré, daí vai conservando a caça a até ir prepara pra comer, ou salga por uns dias”. Isto é identificado por Certeau (2014, p. 37-38) como “maneiras de fazer”, ainda “as combinatórias de combinações”, ou seja, o “cotidiano se inventa com mil maneiras de *caça não autorizada*”. Letramentos insulares que se mostram incorporados no cotidiano ribeirinho

O exercício de colaboração e cooperação presente no cotidiano afere na comunidade sinais de princípios para uma vida compartilhada, sra S.F (46 a) relata “a gente se junta em duas ou três famílias para pagar óleo do motor” a dureza da vida não somente os faz resistente como aprender a sobreviver a dureza como exercício de resiliência e o que parece uma saída imediata se reifica, tornando-se cultura vivida, aprendizado que poderá servir de exemplos para suplantar essas adversidades.

Neste sentido, o envolvimento entre as gerações de adultos, crianças e jovens faz com que mesmo com tantas dificuldades comemorem ou celebrem diante do cansaço do dia a certeza de ter encontrado outros sentidos diante dos problemas que pareciam sem solução, portanto, o letramento vai do chão da escola ao chão das casas onde a necessária luta de

sobrevivência se faz aprendizado agora concreto e, sobretudo, viva manifestação do possível em tempo de águas turvas.

Estas comunidades da Ilha de Paquetá e Ilha Longa demonstraram ser conscientes dos seus direitos, tanto que estas duas ilhas se organizaram entre elas e foram reivindicar que o poder público oficializasse um convênio com escolas destas comunidades já construídas por elas e que estavam em franco funcionamento tendo a prefeitura absorvido os professores locais e os operacionais também. Mesmo que agora somente na Ilha de Paquetá esteja com a UP funcionando. Certeau (2014,p. 44) aponta estes procedimentos nos campos de força:

[...] A cultura articula conflitos e volta e meia legítima, desloca ou controla a razão do mais forte. Ela se desenvolve no elemento de tensões, e muitas vezes de violência, a quem fornece equilíbrios simbólicos, contratos de compatibilidade e compromissos mais ou menos temporários. As táticas do consumo, engenhosidades do fraco para tirar partido do forte, vão desembocar então em uma politização das práticas cotidianas.

A arte de fazer dos ribeirinhos reflete sua organização em torno da escola por darem muita importância a esta instituição e vão atrás desse direito, não para eles, mas para seus filhos e netos, evidenciando a conexão do letramento social e escolar dentro dessas ilhas.

A Secretaria Municipal de Educação/SEMEC, através do Centro de Formação aderiu ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa/PNAIC e desenvolve formações mensais para os professores. No final de cada mês, o Centro de Formação da SEMEC e os professores aplicam uma avaliação para os alunos no intuito de identificar seus avanços.

No entanto, esta formação mensal não contempla uma diferenciação do currículo para as escolas ribeirinhas, essa adaptação é feita pelas próprias professoras nas UP que no convívio cotidiano nas ilhas, as quais vêm refletida na escola a cultura ribeirinha, banhando a escola de seus saberes.

Esta é uma concepção de gestão que desconsidera a cultura ribeirinha e seus arcabouços culturais utilizando um currículo que invisibiliza sua cultura. O afastamento das práticas discursivas curriculares que prioriza todo um arcabouço conceitual da cultura acadêmica vez por hora, negligencia o que ainda deixou de aprender através destes espaços de saberes que nasce das comunidades.

Isto não significa o abandono ao saber letrado, já que ele tem papel fundamental na elaboração de novos pressupostos e fundamentos teóricos, mas é imprescindível produzir novas epistemologias, alargar os campos desconhecidos, para que comecem a ver os limites de algumas abordagens que impõem modificando e pondo em dúvida as certezas e verdades

produzidas por outras experiências de pesquisa que tenham este caráter transformador do local.

Neste sentido, este estudo quer ousar tentando outras ondulações de saberes oriundas das regiões amazônicas atravessadas por rios, cabendo aqui o questionamento de Silva (2010, p. 22) para as finalidades de uma cultura de massa: “em termos sociais, quais devem ser as finalidades da educação: ajustar às crianças e jovens a sociedade tal como ela existe, ou prepará-los para transformá-la?”.

Fotografia 43 sala de aula da UP Jamaci



Fonte: Fotografia da Autora.

Para além da sala de aula, podemos verificar práticas e eventos de letramento, que se relacionam ao cotidiano religioso dos moradores. Na Ilha Nova é celebrado o Círio de São Francisco de Assis, no mês de dezembro. Em Paquetá, algumas famílias do Igarapé do Jamaci vão para a missa aos domingos na Ilha de Cotijuba. Observa-se um número diversificado de correntes religiosas (católicas e evangélicas) que desenvolvem suas crenças na igreja ou através de encontros nas residências com as novenas de santos católicos e as células evangélicas, sendo lidos salmos e feitas pregações bíblicas envolvendo não só os adultos, mas crianças e adolescentes. Corrêa observa esta peculiaridade em comunidades rurais-ribeirinhas:

Uma outra peculiaridade que traça o perfil dessas comunidade é a forte religiosidade católica, marca histórica arquitetada no processo de colonização e de formação da sociedade amazônica. Contudo, é notório, hoje, a forte presença e a expansão de diversas religiões [...] Nesse espaço religioso, a *oralidade* dos mais antigos, geralmente analfabetos do ponto de vista da escrita e da leitura da palavra, é crucial para a transmissão dos saberes, dos valores e da tradição cultural dessas populações [...]. (2003, p. 31-32).

Estes eventos envolvendo a oralidade, com reflexões acerca do divino agregam familiares e vizinhos, em que geralmente os jovens leem a Bíblia e os adultos fazem as

reflexões sobre o lido e o vivido por eles em seu cotidiano. Estes encontros levam para dentro das escolas estes significados diversos sobre valores familiares.

Fotografia 44– Cartaz da festividade de São Francisco



Fonte: Fotografia da Autora.

Na Ilha Longa, a presença de D. V.M.P curandeira, renomada na ilha e nos arredores, é outro viés religioso que transita sem ter seus preceitos e benzições, desqualificadas pelos moradores católicos ou evangélicos, pelo contrário. Pude presenciar a chegada de uma criança em sua casa vinda da ilha de Urubuoca, quase uma hora de viagem para ser benzida, pois tinha seguidos dias de febre. Assim, ela começou sua reza, benzeu a criança com galhos de arruda e defumou-a com folhas de guiné. Segundo D. V.M.P, a criança poderia estar com espinhela caída (deixa a pessoa fraca, com muito cansaço). Do que soube pelos moradores das ilhas que pesquisei, a Ilha de Urubuoca tem uma predominância também das religiões católica e de evangélicos, o que não impediu que esta família levasse sua criança para benzedeira.

Percebo nesse convívio com as comunidades ribeirinhas pesquisadas que somente compreendendo nossa própria realidade (cultural, social, religiosa, histórica) é que tomamos consciência dela. Forjando nesse cotidiano nossas identidades pessoais, culturais, profissionais, sendo neste mesmo compreender transformado, reconstruído, onde este rever-se é um movimento constante de ir e vir, como as águas.

Os estudos evidenciam elementos da cultura ribeirinha sendo conectados nas relações escolares. Não há como letrar sem que estes elementos culturais do cotidiano ribeirinho, sem

que o letramento social não transborde na escola sem reconhecer as diversas manifestações socioculturais e religiosas que dão forças para a vida comunitária e a sustentabilidade possível por entre experiências singulares, como enfatiza Certeau (2014, p. 94): a “vitória do lugar sobre o tempo”. Afinal, a cultura ribeirinha vai se constituindo das marcas históricas que coincidem com sua trajetória – desde a infância até o início e término, mesmo que seja curta sua vida escolar – alimentada por ricas experiências de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após esta trajetória de reflexões realizadas ao longo deste estudo espero estar encerrando mais um ciclo de minha formação acadêmica :o mestrado.

Foram dois anos de muitos desafios, numa sequencia de estudos, pesquisas, e diálogos pertinentes com os autores que escolhi dentro do campo epistemológico para ancorar minha problematização investigativa norteadora deste, sendo ela: “ate que ponto o letramento social resultado da experiência vivida dos ribeirinhos está conectado com o letramento escolar relacionado ao processo de escolarização na unidade pedagógica do Jamaci”.

Vale, no entanto reconhecer que a escassez de produção acadêmica sobre cultura vivida e em particular dos povos ribeirinhos, fez deste estudo uma possibilidade concreta de trazer para o espaço acadêmico em perspectivas com a ciência da educação, novas contribuições para a linha do programa que faço parte que envolvem educação, sociedade e cultura.

Portanto, pensar em uma discussão sobre cultura ribeirinha é pensar em dar visibilidade a uma Amazônia que tem vida pulsando e não uma Amazônia que esteja desconectada do resto do mundo, pois é desta região que vem sustentação de vida, de verde, de saber identitário com as aguas que com seu curso normal de enchentes e vazante se comunica com os demais elementos da natureza trazendo mensagem de alerta sobre os grandes desafios a seres desvelados.

Um olhar sobre a Amazônia precisa ser um olhar de transformação, não dos que moram nas ilhas, mas dos que estão fora dela, daqueles que nascem e crescem sem muitos contatos com os ditos espaços cercados de simbolização e estranheza para com o autentico ator da cultura local e por isto mesmo se diferencia do chão de várzeas presentes no asfalto urbano.

De onde flui por imposição de modelos de aculturamentos a degradação, os excessos que vem do asfalto, da exploração, da miséria negada a uma população que por ter escassos recursos se assujeita sem direitos à opção alguma em febris situações degradantes. De desprovisamento, de ausências, ignorados e levados a ultima instancia a exclusão e a consolidação de estatísticas cujo números são homens e mulheres posto a toda sorte diante do fenômeno da pobreza produzida socialmente.

Não é o homem, a mulher, a criança, o jovem ribeirinho que tem que alargar seu olhar por falta de acesso e oportunidades, sair do líquido e ir para o sólido, para o urbano, pois

a expansão do consumo é ideia que se desloca sutilmente nos livros escolares, nas propagandas, nos utensílios tecnológicos que vai poluindo as águas, pois até mesmo no fim do igarapé a última casa tem seu motor, seu celular, sua geladeira, mas não tem energia elétrica, nem água encanada, o que nos revelou tristemente a situação de vulnerabilidade em meio a ilusão da produção de consumo sem direito de todos usufruírem.

A riqueza de uns poucos jamais será compatível a miséria de muitos, esta foi uma de nossas constatações, embora não seja surpresa, talvez não possa ser vista como o lugar do óbvio. Haja vista, que uma escola fechada, uma criança sem o direito e acesso ao saber e ao lazer e ao direito de alimentos na mesa não pode ser visto como algo natural e sim naturalizado por aqueles que detêm o poder e o controle do mercado sobre a estúpida conveniência de um estado asséptico, e refém das lógicas do consumo.

Esta ideia de bens de consumo não pode vir de fora para dentro e ser o que referencia a vida, pois a vida *nas* e *das* águas tem outras referências para continuar. Coloquemos os ditos “letrados” urbanos com tantos acessos nas águas do Jamaci e então vamos ver quem será o iletrado?

Talvez este fosse nossa segunda problematização não dita, que penso ainda não ter sido diretamente respondida e que me parecem como vestígios para outros estudos a serem apontados por quem tiver interesse de mergulhar nestes rios de problematizações ainda misteriosos e faltando sujeitos que tenham empatia para promover deslocamentos em busca desta Amazônia que está em hipótese mais otimista e evidente deveras ameaçada.

Estudar a realidade dos ribeirinhos é muito complexo e por isso necessita ser um estudo qualitativo, porém a pesquisa de cunho qualitativo e etnográfica não pode mais se banhar nas águas amazônicas sem se banhar de compromisso epistemológico onde estes resultados sejam para melhorar a vida dos que vivem nas águas e não somente para melhorar as estantes das academias.

Penso que os procedimentos metodológicos escolhidos por mim para ondular a imensidão destas águas correntes e porto de chegada, quis chamar pretensiosamente de etnografia das águas. Ousadia ou não de minha parte, tenho a certeza que foram os encantos dos rios que me apresentaram em seus ritos de passagem com este enunciado que quem sabe um dia outros poderão melhor decifrar nestes deslizamento das águas que a natureza sabiamente ainda não nos disse tudo, que bom.

O olhar etnográfico que tiveram olhou os detalhes do dia a dia somente para (re) conhece-lo e descrevê-lo e sim para me comprometer ainda mais com a ampliação de acessos por onde precisamos caminhar e lutar, e conquistar na luta diária por direitos, acesso e justiça

social, coragem de enfrentar as adversidades culturais e promover o debate a da alteridade e da diferença, comover e mobilizar outros para o sentido da pluralidade presente na Amazônia.

Por isto foi com sensatez que consegui ver as formas e modos de devires se mostrando em muitos momentos de silenciamentos e não pelo exagerado encantamento olhar pelo exótico, observando e absorvendo o saber daqueles sujeitos que acordam bem cedo, contemplam o rio, sentem o cheiro do café matinal, jogam suas redes e quando o sol surge, sabe negociar, usar de sua sabedoria, e até mesmo no barco a vela ou a motor usar de tecnologias digitais para falar de seu local com o mundo que se globalizou.

Penso ter alcançado os objetivos desse estudo em ampliar a visibilidade para o cotidiano ribeirinho encharcado de saberes e aprendizagens, analisando este cotidiano fora do romantismo exótico da Amazônia, como um espaço isolado, trazendo os letramentos existentes nesse cotidiano buscando as conexões com os processos de escolarização e mais especificamente o de descrever este cotidiano social e escolar através dos letramentos das ilhas pesquisadas.

O aprendizado que fortemente ficou colado como pele é que o chão da terra (ou melhor, das águas) dos ribeirinhos gera bons frutos quando se tem intimidade com estes lugares visto por quem nele habita sem estranhamentos. Ouso aqui por impulso deixar como registro testemunhal neste estudo o que pude perceber no falar de seu R.N (58 a) quando tive o privilegio de identificar um diferencial nas suas falas na relação com minha pesquisa, quando diz “D. M (50 a), onde é que temos que ir para conversar sobre o “Luz para todos”? Vou reunir o pessoal daqui”. Tenho a esperança que minha estada neste lugar e a postura não só de pesquisadora mas de alguém que está junto para buscar forma de transformação se fez diferenciada. Pois, senão será como diz d. N.T (65 a): “já veio umas pessoas fazer pergunta e ver como a gente vive por aqui, num sei quem eram”.

Essa postura pode ter o conceito de *implicação* e tecermos grandes discussões conceituais sobre o termo e a postura, porém para eu estar neste lugar, não é implicação e sim compromisso com a pesquisa e com os pesquisados. Compromisso com uma educação que precisa ver em ações, práticas pedagógicas, e currículos a voz, cara e corpo do povo das águas.

Neste sentido posso também dizer, que os ganhos ou avanços sociais e acadêmicos desta pesquisa se somam com a concretização deste estudo que meu de a oportunidade de ir ao encontro de minhas reminiscência, de conviver com meus semelhantes, mesmo que em alguns aspectos, não mais tão semelhantes assim devido ao complexo mundo de simbolizações impostos por culturas dominantes que se embrenham rio a fora e sem

escrúpulos algum desertificam os rios e cometem genocídios e ecocídios a todo custo e sem freio algum por partes do estado e de dirigentes das gestões locais.

A pesquisa aqui realizada não é tão somente para obtenção de um título de mestra em educação (que meu pai se estivesse vivo diria: “minha filha tem uma certa importância”) ela pretende trazer contribuições verdadeiras, não se dispondo a ser uma pesquisa sem efeitos e percebo que a etnografia das águas no seu caráter de se aproximar do locus da pesquisa, conviver para descrever este locus tem um dever de ir para as águas do povo ribeirinho e fazer a sua cultura vivida vir à tona, emergir, visibilizar-se contribuindo na produção de novas propostas curriculares que vá ao encontro dos interesses das populações a margem da sociedade porém soberana em suas vivências as margem dos rios ..

Penso ainda que este estudo, poderá trazer novas possibilidades ao campo dos processos de letramentos nestas ilhas fazendo um caminho inverso ao da escola, eles primeiramente são afastados da educação, letrando a sua cultura para depois serem conectados ao processo de escolarização.

Mas, onde se manifestam esses letramentos? As crianças tem uma visão sempre muito além do que percebem na escola, percebo que a agilidade corporal delas areja seus pensamentos (mais tantos anos a frente de estudos para alcançar essa nova hipótese), pois nos momentos de contação de histórias que tivemos constato que elas criavam e recriavam situações que não as retirava das águas, sempre traziam o que tem de fora para dentro do seu cotidiano e não o contrário. A cobra grande “que é do tamanho do céu até Icoaraci”, como diz Marcos (9 a), e a Iara que ao invés de ter canto de sereia ronca igual os porcos de seu quintal, como diz M.N (9 a). As crianças leem a partir do ambiente em que vivem as histórias dos livros escolares. Num híbrido letramento das águas.

O letramento das águas desponta das estratégias e táticas de sobrevivência com a escassez de água, com a ausência de energia elétrica. Os ribeirinhos são grandes artistas da não passividade do consumo imposto pelo capital, mesmo com a exclusão que este lhe impõe. Um entrelugar que interliga o campo e a cidade, o urbano e o rural, o asfalto e as águas com conexão e deslocamento de onde são entendidos como acréscimos pelos ribeirinhos aproveitando o que vem da cidade com empoderamento e resiliência.

Dentro do ambiente de convívio na pesquisa diante das dificuldades apresentadas sempre foram identificados formas de letramentos aplicados pelos ribeirinhos das ilhas de Paquetá, Nova e longa por meio das expressões de eventos e práticas destes letramentos onde estes sábios senhores e senhoras e destas ágeis e perspicazes crianças revelam no seu

cotidiano um alto nível de conexão entre o seu vivido e o que percebem do que é trazido pela escola.

Diante de infinitas dificuldades que ondularam o caminho nenhuma delas foi maior que a insegurança de não conseguir descrever este cotidiano tão rico de simbologias e significados. Ainda há muito para se ver, ouvir e falar do povo das águas. O que vi, por onde percorri me deram somente circunstancialmente lampejos desse cotidiano dessa cultura que desliza numa constância que o olhar muitas vezes não alcança.

Foi uma grande viagem, desafiadora, prazerosa e de muito aprendizado. Uma temática que reconstruiu o rastro do que foi a experiência empírica de minha infância me fez perceber-me como pesquisadora e me coloca o compromisso agora e sempre de visibilizar a cultura ribeirinha e todo potencial do povo das águas. A riqueza desta pesquisa está em contribuir para que a educação diminua o caminho entre os letramentos social e escolar mesmo que muitos caminhos ainda precisem ser navegados. E este estudo evidencia isto em sua conclusão, pois a cultura vivida dos ribeirinhos no seu cotidiano cria rastro de saberes para dentro da escola onde mesmo que não institucionalmente um currículo específico das e para as escolas ribeirinhas seja referenciado os professores desta Unidade Pedagógica se esforçam para isso, os alunos letram sua cultura por dentro do que a escola traz para eles e os moradores das ilhas pesquisadas valorizam a escola dando a ela uma lugar de excelência.

Os níveis de letramento até então encontrados nas ilhas pesquisadas, a importância que estas comunidades dão para os saberes escolares são visíveis em todos os momentos até aqui navegados. As águas do saber empírico sendo olhado pela escola. As águas da escola inundando o cotidiano ribeirinho. As conexões se dando e fazendo a história do povo das águas onde o que se desloca e se conecta são antes de mais nada vida pulsando.

Uma grande contribuição para que este estudo fosse realizado, para que este caminho fosse navegado no campo da educação se inicia com o Programa de Pós-graduação em Educação - PPGED tendo como uma de suas linhas de pesquisa em educação a linha de pesquisa *Educação, Sociedade e Cultura* possibilitando essa pesquisada em suas próprias águas não somente nas áreas de antropologia, sociologia, demais outras.

Por fim saio dessas águas banhada da alegria das crianças que sempre vinham contar suas histórias com muito entusiasmo, saio com o coração encharcado de agradecimentos e afetos por todos que com suas palavras, gestos, gente de fácil vínculo foram me levando em seus barcos de saber, ondas de vivências enchendo meus olhos, ouvidos e coração de encantamento. Naquelas águas me banharei sempre quando a luta necessitar de força, quando

o corpo cansar das maresias diárias, quando o vento da saudade de boas e longas conversas sobre tudo e sobre nada bater, é para lá que eu irei.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado (AIE). Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

ANDRÉ, Marli Elisa Dalmaso Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. São Paulo: Papirus, 1995.

BACHELARD, Gaston. **O novo espírito científico**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro Ltda, 1968.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myrian Áila, Eliana Lourezo de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2013.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.

BOURDIEU, Pierre Felix. **O poder simbólico**. RJ: Bertrand Brasil. 1992.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasense. 1981.

_____. **A educação como cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **O que é educação**. ed. 33. São Paulo: Brasiliense, 1995 (col. Primeiros Passos).

_____. **Cenário e momentos da vida camponesa**: três dias de caderno de campo em uma pesquisa no Pretos de Baixos do Bairro dos Pretos, em Joanópolis. São Paulo, 2003.

CASTANHEIRA, Maria Lúcia. **Aprendizagem contextualizada**: discurso e inclusão na sala de aula. 2 ed. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2010.

CERTEAU, Michel de .de. **A Invenção do cotidiano**: I. ed. 22. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **Trabalho, saberes, identidades e tradições nas comunidades rurais-ribeirinhas**. In: OLIVEIRA, Ivanide Apoluceno de. (Org.) **Cartografias Ribeirinhas**: Saberes e representações sobre práticas sociais cotidianas de alfabetizando amazônidas. UEPA. Belém/PA. 2004 p. 29-48

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. ed. 6. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

EAGLETON, Terry. **A idéia de cultura**. Tradução Sandra Castelo Branco. ed. 2. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FERREIRO, Emilia: **Com todas as letras**. Tradução por Maria Zilda da Cunha Lopes; retradução e cotejo de textos Sandra Trabucco Valenzuela 4 ed. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. **Reflexões sobre alfabetização.** 26. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **A psicogênese da língua escrita.** Porto Alegre: Artes Medicas 1985. 284p.

FONSECA, Cláudia. **Quando cada caso NÃO é um caso.** In: XXI Reunião Anual da ANPED. 1998. Minas Gerais, p.19 a 21.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia do oprimido.** 19 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

_____. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** ed. 3. São Paulo. Moraes. 1980

_____. **Ação cultural para a liberdade.** ed. 5. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1981.

_____. **A importância do ato de ler.** São Paulo: Cortez, 1982.

_____. **Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação.** In: BRANDÃO, C. (Org.). Pesquisa participante. ed. 4. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 34-41.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da esperança: Org e notas Ana Maria Araujo Freire.** São Paulo. Editora: UNESP, 2004.

GAMBOA, Silvio Sánchez. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias.** ed. 2. Chapecó : Argos, 2012.

GARCIA, Regina Leite (org.). **Para quem pesquisamos para quem escrevemos: o impasse dos intelectuais.** São Paulo: Cortez, 2011.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa.** Tradução de Vera Joscelyne. ed. 14. Petrópolis, RJ: vozes, 2014.

_____. **A interpretação da cultura.** Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S. A., 2008.

HAGE, Salomão Antônio Mufarreji; JÚNIOR, Acyr de Gerone. **Ser professor ribeirinho: os desafios que emergem da educação e da ação pedagógico em escolas ribeirinhas da Amazônia.** In.: ABREU, Waldir Ferreira de; OLIVEIRA, Damião Bezerra; SILVA, Érbio dos Santos.(org.) **Educação ribeirinha: saberes, vivência e formação no campo.** GEPEIF-UFGA. Belém. 2013. p. 19-41

KLEIMAN, Angela. **Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola.** Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

KATO, Mary Aizawa. **No mundo da escrita . Uma perspectiva psicolinguística.** ed. 3. São Paulo: Ática, 1990.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **Guia de cadastramento de grupos:** populacionais, tradicionais e específicos: cadastro único para programas sociais. Brasília, DF.

MOREIRA, Eidorfe. 1960. **Amazônia:** o conceito e a paisagem. Rio de Janeiro: Agência da SPVEA, *In.*: MOREIRA, E. 1989. Obras reunidas de Eidorfe Moreira. Belém: CEJUP, (vol. I).

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Educação e Letramento.** São Paulo: UNESP, 2004.

PAIXÃO, Carlos Jorge. **Escolarização, cultura vivida e alegorias.** Revista Cocar, Belém, vol. 6, n. 11, pag. 63-76, Jan-Jul 2012.

PAIXÃO, Carlos Jorge; NUNES, Cely Costa.. **No território do Ensino Fundamental:** demarcações na cultura curricular como experiência vivida dos professores. Revista e-curriculum, São Paulo, vol. 13, n. 03, p. 519-533, Set. 2015

POJO, Eliana; VILHENA Maria de Nazaré. **Assessoramento e acompanhamento pedagógico:** ressignificando as práticas educativas nas unidades pedagógicas das ilhas de Belém. I encontro de Pesquisas e Práticas em Educação do Campo da Paraíba. 2011. João Pessoa, p. 7.

ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social.** São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

SÁNCHEZ GAMBOA, S. (Org.) **Pesquisa educacional: quantidade qualidade.** ed. 5. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS Filho, José Camilo dos; GAMBOA, Silva Sanchez. (org). **Pesquisa educacional: quantidade- qualidade.** ed. 8. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias de currículo. ed. 3. Editora Autêntica, 2010.

SOARES, Magda. **Letramento:um tema em três gêneros.** ed. 4. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

_____. **Alfabetização e letramento.** ed. 5. São Paulo: Contexto, 2008

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de leitura.** ed. 6. São Paulo: Artmed, 1998.

STREET, B. **Literacy in theory and practice.** Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

_____. **Letramentos sociais:** abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

SREET, Brian, CASTANHEIRA, Maria Lúcia. **Práticas e eventos de letramento.** *In.*: Glossário Ceale: termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 2014. p.14.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e alfabetização**. ed. 9. São Paulo: Cortez, 2010.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. ed. 9. São Paulo: Paz e Terra.. 2000.
_____. **Cultura e materialismo**. Tradução por André Glasser. São Paulo: Editora Unesp. 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

- 1- Quais foram os primeiros moradores, em que ano?
- 2- Quantas pessoas moram na ilha?
- 3- Quais as principais atividades desenvolvidas pelos moradores?
- 4- Existe igrejas, associações ou centro comunitário?
- 5- Quais as atividades culturais, religiosas, esportivas que os moradores participam?
- 6- Existe atendimento na área da saúde, educação, assistência social e outros dos órgãos governamentais, ou outras instituições?
- 7- Tem luz elétrica, água encanada?
- 8- Como tratam o lixo?
- 9- Como se dá a relação dos moradores com a escola?
- 10- Como você avalia a relação da escola com a comunidade?
- 11- Você frequentou a escola, até que série?
- 12- O que você acha bom aqui na ilha?
- 13- O que você acha ruim?
- 14- O que você acha que precisa melhorar? O que falta?
- 15- Você costuma sair da ilha para outros lugares? Belém, cotijuba... com que frequência?
- 16- Você costuma ler, livros, revistas, jornais?
- 17- Você costuma escutar rádio?
- 18- Qual sugestão você daria para a escola do Jamaci?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIMENTO



Universidade Federal do Pará

Programa de Pós- Graduação em Educação-PPGED

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIMENTO**INFORMANTE:**

Nome:

Sexo:

Naturalidade:

Local de residência:

O presente Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento têm como objetivo informar ao entrevistado a natureza da pesquisa e obter sua permissão na qualidade de informante, isto é, o mesmo ao assinar este documento estará concordando em participar desta pesquisa.

A pesquisa denomina-se **“AS ÁGUAS DA CULTURA VIVIDA INUNDANDO A EDUCAÇÃO: Uma leitura sobre letramentos e cultura ribeirinha”**. A participação do informante consistirá em fornecer subsídios necessários para a realização da pesquisa, sendo que a mesma tem como objetivo geral dar visibilidade ao cotidiano ribeirinho e todo potencial de cultura produzida por estes. Em relação aos objetivos específicos a pesquisa tem o propósito de: a) relacionar os eventos e práticas de letramentos social e escolar a partir das vozes das crianças da Unidade Pedagógica do Jamaci na Ilha de Paquetá com suas histórias e as vozes dos moradores das ilhas do em torno desta Unidade Pedagógica, tais como; Ilha Nova e Ilha longa b) Descrever o cotidiano ribeirinho destas ilhas c) Levantar com os professores o cotidiano da escola e a relação do currículo com cultura vivida dos ribeirinhos.

Serão utilizados os seguintes procedimentos metodológicos no trabalho de campo, entrevistas, roda de conversa, oficina de contação de história, observação participante.

Em hipótese alguma o informante terá sua identidade divulgada. O informante poderá afastar-se da pesquisa mediante aviso prévio a fim de que seja possível substituí-lo por outro informante da área pesquisada.

Belém, de de 2017.

Declaro ter lido o Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento da pesquisa que será realizada pela pesquisadora Márcia da Silva Carvalho, expresso que devo contribuir como informante para realização da mesma. Para contato com a pesquisadora: 91 981922483. Marciacarvalho1967@gmail.com.

Assinatura do informante

APENDICE C - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO USO DE IMAGENS



Universidade Federal do Pará

Programa de Pós- Graduação em Educação-PPGED

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO USO DE IMAGEM

Eu _____, CPF _____, RG _____,

depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Autorização do Uso de Imagem (TAUI), AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora **Márcia da Silva Carvalho** do projeto de pesquisa intitulado “**AS ÁGUAS DA CULTURA VIVIDA INUNDANDO A EDUCAÇÃO: Uma leitura sobre letramentos e cultura ribeirinha**”)” a realizar as fotos que se façam necessárias sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor da pesquisadora da pesquisa, acima especificada, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N° 3.298/1999, alterado pelo Decreto N° 5.296/2004).

Belém, __ de _____ de 2017

Participante da pesquisa

Pesquisadora responsável pelo projeto

Impressão do dedo polegar caso não saiba assinar.

